

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Portinho de Pesca da Trafaria

Proposta de definição de âmbito n.º 236



Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de definição de âmbito do estudo de impacte ambiental do Portinho de Pesca da Trafaria

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Maria Margarida Marcelino

Data: julho 2024

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO.....	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	4
5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	5
6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

ANEXO I

Localização do projeto

ANEXO II

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 152-B/2017, de 11 de dezembro, procedeu-se à **Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Portinho de Pesca da Trafaria**.

O proponente deste projeto é a **Docapesca Portos e Lotas, S.A.**, e a entidade licenciadora é a própria **Docapesca**, sendo a Autoridade de AIA a **Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA)**.

2. O PROJETO

O Projeto consiste num conjunto de intervenções que visam melhorar o funcionamento e a segurança do Portinho de Pesca da Trafaria, incluindo infraestruturas marítimas e infraestruturas terrestres.

Para efeitos de AIA, o projeto encontra-se na fase de Estudo Prévio.

3. LOCALIZAÇÃO

O Projeto localiza-se no concelho de Almada, freguesia da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, do distrito de Setúbal.

4. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública decorreu durante 15 dias úteis, de 7 a 28 de junho de 2024.

5. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal PARTICIPA.PT:

<https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria>

6. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e na Câmara Municipal de Almada;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a diversas entidades.

7. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidos 9 pareceres, dos quais 6 de cidadãos a título individual, 1 ONGA, 1 organização profissional e 1 do Município de Almada.

Em relação ao sentido das participações, 2 são de concordância, 1 de discordância, 1 geral, 1 proposta concorrente e 4 sugestões.

As participações incidem, resumidamente, nos seguintes aspetos negativos:

- Dimensão e características do projeto dão uma resposta inadequada às necessidades da atividade piscatória existente na zona;
- Falta de auscultação prévia das partes interessadas, nomeadamente dos pescadores e suas associações;
- Necessidade de preservar a biodiversidade local, nomeadamente da população de cavalos-marinhos (2 espécies: *Hippocampus guttulatus* e *Hippocampus hippocampus*) e de marinhas (*Syngnathus acus*), minimizando os impactes do projeto.

Não obstante, a maioria das participações reconhece a necessidade de melhorar as condições de apoio à atividade piscatórias existentes através da construção de um porto de pesca na Trafaria, pois o que existe atualmente é insuficiente, num espaço degradado e inseguro.

A Associação Natureza de Portugal em associação com a WWF (ANP|WWF) reconhece a importância de melhorar as infraestruturas marítimas no Portinho de Pesca da Trafaria, aproveitando para melhorar a gestão de resíduos. Salaria, no entanto, que é necessário salvaguardar o património natural da zona e aproximar a comunidade local dos valores naturais da região, sensibilizando-a para a existência de cavalos-marinhos no local - cavalos marinhos (*Hippocampus guttulatus* e *Hippocampus hippocampus*) e as marinhas (*Syngnathus acus*) -, incluindo-a no processo de criação da zona de proteção para estas espécies e reconhecendo o seu papel ativo na conservação e gestão dos recursos marinhos. Sugerem mesmo que "deve ser considerada a criação de um centro de interpretação dos cavalos-marinhos e marinhas nas novas instalações do porto, bem como de um programa educativo que vise a conservação dos valores naturais da frente ribeirinha de



Almada, em especial da comunidade de cavalos-marinhos e marinhas da Trafaria.” Em anexo dão várias orientações para o futuro EIA.

António Salgueiro, apesar de ver com bons olhos o projeto, sugere repensar o projeto para poder incluir mais pontos de amarração para as embarcações.

Gonçalo Jorge Franco Silva representa o parecer conjunto de um grupo de investigadores do MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente. Apresentam comentários e sugestões que esperam poder contribuir para melhorar a proposta em análise, assim como medidas de mitigação, muitas delas no sentido de preservar os cavalos-marinhos ali existentes. Assumem como premissa para a conservação da biodiversidade a melhoria das condições de trabalho, de segurança e de vida das pessoas que utilizam e trabalham nesta área, sendo favoráveis à melhoria das condições do portinho de pesca da Trafaria.

A CMA Câmara Municipal de Almada (parecer em documento próprio) afirma ter auscultado a comunidade local e estar a desenvolver uma solução alternativa para o espaço público da frente ribeirinha da Trafaria, complementar ao projeto do novo Portinho de Pesca da Trafaria. Em parcerias “com a academia, tem procurado sistematizar o conhecimento sobre os habitats de marinhas e cavalos-marinhos nesta área”. Relativamente ao projeto em análise, sobre o qual tem um parecer global positivo, propõe reclassificar os critérios de classificação e avaliação de impactes, com uma nova redação para o “muito significativo” do ponto de vista positivo. Pede ainda uma clarificação por parte do promotor sobre a proposta para os pontões flutuantes.

Renato Augusto Reis considera excelente o projeto e não faz qualquer comentário mais.

Ivan Silva, apesar de concordar genericamente com o projeto, considera insuficiente o número de barracas de pesca e amarrações previstas no projeto, uma vez que as 40 e 34 respetivamente previstas são insuficientes para todos os pescadores existentes. Destaca ainda a necessidade urgente de auscultar os pescadores, as pessoas a quem se dirige primeiramente este projeto.

A ALA-ALA Associação de Pesca Profissional discorda do projeto:

- por carecer de estruturas essenciais a um porto de pesca tais como: pórtico de elevação de embarcações para vistorias e retirar e pôr embarcações dentro de água, sistema de videovigilância 24 sobre 24 horas, controlo do acesso por cartão eletrónico;
- por considerar que os alvéolos de pesca deveriam ser maiores e com instalações sanitárias privativas.

Aproveita para referir que a Docapesca deveria estar aberta 24h/dia, dada a intensa atividade pesqueira existente nesta zona.

Também destaca a necessidade de se auscultarem as associações de pescadores envolvidas antes de optar por qualquer projeto.

Moisés Peralta dos Santos discorda do projeto, antes de mais da sua localização, mas também da sua dimensão – refletido no próprio nome do projeto de intervenção, “portinho de pesca” – e também da falta de

segurança. Propõe uma localização alternativa, entre a SILOPOR e a POLNATO, que permita ter as dimensões adequadas ao volume de atividade piscatória na zona. Refere várias características que o projeto deve ter para dar resposta às necessidades dos pescadores, dando o porto de Sesimbra como exemplo - local acessível e seguro para guardar os apetrechos de pesca, pôr e tirar a embarcação e o seu motor, uma grua, máquina de gelo, bombas de combustível, bancadas para cortar o isco.

Considera que é essencial auscultar e ouvir a opinião dos pescadores profissionais que atuam nesta zona.

Tiago Tavares Nogueira Sameiro de Sousa destaca a necessidade de minimizar os impactos deste projeto sobre o equilíbrio do ecossistema existente, nomeadamente sobre a população de cavalos-marinhos, antes de mais para garantir que essa base da vida marinha, sobre a qual a atividade piscatória assenta, não se altera.

ANEXO I

Localização do projeto



Localização do Portinho de Pesca da Trafaria



LEGENDA

- | | |
|-------------------------------------|--|
| (A) Edifício da Lota | (G) Armazéns de Apertos |
| (B) Cais de Descarga Pescado | (H) Zona de Carga Comerciantes |
| (C) Quebramar | (I) Estacionamento Compradores |
| (D) Cais Flutuante | (J) Estacionamento Funcionários Lota |
| (E) Estendal do Rodos | (K) Estacionamento Público |
| (F) Portaria | (L) Parque Urbana |
| | (M) Vedação (Limite da Intervenção Docapesca) |

Planta de implantação

ANEXO II

Exposições recebidas

PARTICIPA

Dados da consulta

Nome resumido	Portinho de Pesca da Trafaria
Nome completo	Portinho de Pesca da Trafaria
Descrição	
Período de consulta	2024-06-07 - 2024-06-28
Data de início da avaliação	2024-06-29
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Proposta de definição de âmbito
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Margarida Marcelino

Eventos

Documentos da consulta

Proposta de Definição de Âmbito	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria.pdf
Anexo 1	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 1.pdf
Anexo 2	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 2.pdf
Anexo 3	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 3.pdf

Anexo 4	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 4.pdf
Anexo 5	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 5.pdf
Anexo 6	Documento	PDA_PortinhoPescaTrafaria_Anexo 6.pdf

Nº Participações	9
Nº Seguidores	12

Estatísticas sobre a tipologia

Concordância	2
Discordância	1
Geral	1
Proposta concorrente	1
Reclamação	0
Sugestão	4

Participações

ID 75630 Associação Natureza Portugal em 2024-06-28

Comentário:

O presente documento constitui a resposta à consulta pública relativo à Proposta de Definição do âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto Portinho de Pesca da Trafaria, na vila de Trafaria, município de Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Este documento foca-se nas intervenções que visam melhorar o funcionamento e a segurança do Portinho de Pesca da Trafaria, ao nível das infraestruturas marítimas considerando a salvaguarda dos valores naturais da zona, alertando para alguns aspectos que não estão totalmente contemplados no PDA do EIA. A Associação Natureza de Portugal em associação com a WWF (ANP|WWF) reconhece a importância de melhorar as infraestruturas marítimas no Portinho de Pesca da Trafaria e a realização de um EIA do projeto para que sejam definidas medidas de mitigação dos impactos ao nível do habitat e espécies, seguindo a hierarquia de mitigação. Sendo a pesca uma atividade com grande importância local é portanto evidente a necessidade da requalificação do porto de pesca da Trafaria ao nível das infraestruturas de apoio, como os abrigos e as instalações da lota, além da melhoria da gestão de resíduos. No entanto é necessário salvaguardar o património natural da zona e a comunidade deverá ser auscultada de forma a identificar as suas necessidades e principais elementos a incluir no plano da obra. Por outro lado, é uma oportunidade para melhorar o conhecimento disponíveis sobre os cavalos-marinhos nesta zona e aproximar a comunidade local dos valores naturais da região, sensibilizando-a para a existência de cavalos-marinhos no local, incluindo-a no processo de criação da zona de proteção para estas espécies e fomentando o sentimento de responsabilidade e reconhecimento do seu papel ativo na conservação e gestão dos recursos marinhos.

Anexos: 75630_2024-06- Resposta Consulta pública Porto de Pesca Trafaria.docx.pdf

Tipologia: Sugestão

ID 75629 António Salgueiro em 2024-06-28

Comentário:

Em minha opinião estamos perante um projeto que efetivamente faz muita falta ao setor da pesca no Concelho de Almada e, concretamente à pesca artesanal e da arte xávega. No entanto considero que o projeto peca pela sua exiguidade já que prevê apenas albergar 34 embarcações em amarração, o que me parece muito diminuto dado o número de embarcações que atualmente se dedicam à pesca na zona. Assim, sugiro que possam repensar o projeto e poder vir a incluir mais pontos de amarração para as embarcações.

Anexos: Não

Tipologia: Sugestão

ID 75614 Gonçalo Jorge Franco Silva em 2024-06-28

Comentário:

O presente documento constitui o parecer conjunto de um grupo de investigadores do MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET, laboratório associado), MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha, e Project Seahorse/ University of British Columbia (ver Equipa), sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto Portinho de Pesca da Trafaria, na vila de Trafaria, município de Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria, elaborado no âmbito da Consulta Pública <https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria>. Após leitura aprofundada dos documentos em consulta por parte da equipa, apresentam-se no documento anexo comentários e sugestões construtivas que esperamos poderem contribuir para melhorar a proposta em análise, assim como medidas de mitigação. A nossa abordagem procurou focar-se sobretudo na conservação da população de cavalos-marinhos existentes nesta área que deverá ser considerado prioritário, mas também na premissa que a melhoria das condições de trabalho, de segurança e de vida das pessoas que utilizam esta área são fundamentais para a preservação dos cavalos-marinhos. Este parecer traz ainda em anexo um parecer do Grupo de Especialistas em Cavalos-marinhos, Marinhas e Dragões Marinhos da Comissão para a Sobrevivência das Espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN SSC SPSSG) que reforça a importância global desta população de cavalos-marinhos para a conservação.

Anexos: 75614_Parecer final consulta publica construcao porto pesca Trafaria.pdf

Tipologia: Geral

ID 75593 Câmara Municipal de Almada / DIACS em 2024-06-27**Comentário:**

Exmos Senhores: Estando em consulta pública aberta entre 2024-06-07 e 2024-06-28 no Portal Participa em <https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria> e na lista de âmbito de AIA em https://siaia.apambiente.pt/PDA.aspx?DAM_ID=236, o projeto do Portinho de Pesca da Trafaria – Avaliação de Impacte Ambiental – Definição de Âmbito, submetido pelo requerente DOCAPEÇA, Portos e Lotas, S.A., vem a CMA ao abrigo das suas competências submeter o seu parecer conforme documentação em anexo.

Anexos: 75593_CMA-Parecer_AIA_Portinho_Trafaria_signed.zip

Tipologia: Sugestão

ID 75542 Renato Augusto Reis em 2024-06-20**Comentário:**

Excelente projeto.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 75534 Ivan silva em 2024-06-20**Comentário:**

Todos os pescadores estão a favor de arranjar o Portinho de pesca da Trafaria, precisamos de condições para exercer as nossas actividades de pescadores. Tudo o que foi feito até hoje foi pago pelo o bolso dos pescadores. Precisamos de mais barracas de pesca novas com mais espaço, 40 não é suficiente para todos os pescadores. Precisamos de mais amarrações, 34 não são suficientes para todos os pescadores actuais, precisamos de abrigo do mar. Precisamos de casas de banho, estacionamento, porteiros para controlar e deixar nos exercer as nossas funções, muitas vezes chegamos ao batelões e estão cheios de pessoas que nos dificultam a vida. Somos uma terra de Pescadores e não temos um sítio para concertarmos as nossas embarcações, não temos uma grua para tirar os barcos da água, não temos espaço para tratar do material da pesca. Precisamos de um meio de tirar e meter os barcos na água. Estamos dispostos a ajudar no que for preciso para melhor condições para todos os pescadores, como pagar para ter uma barraca de pesca etc. O Portinho de pesca da Trafaria precisa de ser ré qualificado e contamos com o vosso apoio para uma melhor Trafaria,

melhor condições para os pescadores actuais e condições para um futuro da nova geração de Pescadores. Portugal é um país de pescadores que precisa que seja mais investido no sector da pesca! Acima de tudo deviam de fazer uma reunião com todos os pescadores actuais para saber o que nós precisamos e ouvir a opinião de todos para terem uma ideia, não ouvir so opiniões de quem não frequenta a vida de pesca da Trafaria. Contamos convosco.

Anexos: Não

Tipologia: Concordância

ID 75506 ALA-ALA ASSOCIAÇÃO DE PESCA PROFISSIONAL em 2024-06-18

Comentário:

Boa tarde, discordamos do projecto, pois não elege aspectos muito essenciais a actividade e classe piscatória. É necessário um pórtico de elevação de embarcações para vistorias e retirar e pôr embarcações dentro de água (a ser operado pela associação). Primordial a instalação de sistema de videovigilância 24 sobre 24, para toda a área afecta estar segura, tanto apetrechos de pesca como embarcações. Acesso a zona controlado por meio de cartão electrónico, apenas aos utilizadores credenciados. A docapesca deve estar aberta 24 horas para recolher pescado, pois existe uma enorme actividade pesqueira no rio Tejo e zona atlantica adjacente. Os alvéolos de pesca têm que ser um pouco maiores, com wc's privados. Tem que se combater a pesca ilegal, fazendo um porto só de embarcações profissionais, retirando as embarcações não profissionais. Antes de avançar com as obras, é de carácter urgente reunir com as associações de pescadores envolvidas, para se elaborar as melhores soluções para a actividade, pois são as associações que representam e melhor conhecimento têm sobre as necessidades e realidade da actividade local. Com os melhores cumprimentos ALA-ALA ASSOCIAÇÃO de pesca profissional

Anexos: Não

Tipologia: Discordância

ID 75503 Moisés peralta dos santos em 2024-06-17

Comentário:

Olá muito boa tarde meus e minhas senhoras , eu Moisés peralta dos santos , pescador há mais de 35 anos na Costa de Caparica e Trafaria , neto e filho de pescadores, o meu pai Moisés dos santos José e Ilídio galinho , que pertenciam ao sindicato livre dos pescadores , lutaram por todos os meios que fosse feito um Porto de pesca na Trafaria , e morreram sem o conseguir , mais de 30 anos de luta , e eu e o filho do senhor Ilídio , que por acaso também se chama Lídio , temos tentado continuar as suas lutas, mas as promessas e projetos continuam , mas desta vez estou esperançado pois estou a ver da parte deste governo , interesse em avançar com a obra , tanto que agora a senhora deputada Sônia Reis enviou -me o projeto do " Portinho da Trafaria" logo pelo nome "portinho" se vê o que pretendem fazer , uma vez mais tentar tapar os olhos com a peneira , li o projeto e não estou de acordo com a localização do projeto e acho que os pescadores profissionais deviam ser chamados a dar a sua opinião , e vi os cálculos de vendas feitas na Trafaria e as embarcações que ali fazem a descarga do pescado , mas os senhores não fizeram contas às embarcações que ali fazem a descarga do pescado mas que é vendido na lota da Costa da Caparica, logo às toneladas de pescado descarregado ali na Trafaria aumenta mais de o dobro ou mais do que menciondo no projeto , isto tudo para dizer que os pescadores da Costa da Caparica e Trafaria , já merecem há muito tempo um PORTO DE PESCA digno de seu nome , e mais agora que este governo está disposto a ajudar os pescadores , e a fazer o nós pedimos, pelo menos dito a nós pelo senhor primeiro ministro , Luís Montenegro e senhoras deputadas Teresa Morais e Sónia reis. Portanto esperamos que falem com os pescadores , e todos juntos chegaremos a um consenso , nós achamos que entre os silos e a polnato , como tem aquele arial enorme , por enquanto, aí será o melhor local para fazer um Porto de Pesca , com tudo o que o envolve , claro que fica mais caro , mas se em rabo de peixe gastaram 50 milhões para fazer um Porto de Pesca digno de seu nome para os pescadores , muito bem feito por acaso , e aqui há portas de um capital , com tanto que os pescadores profissionais descontam em lota , não teem direito a um .Ali na naquele local que vem no projeto nós pescadores profissionais , não sentimos segurança e não temos condições nenhuma , pois perdemos de ir pescar muitas vezes porque não temos onde deixar as nossas redes, ou outros apetrechos de pesca , pois se lá o deixar -mos no outro dia não está lá nada .Precisa-mos de um local para guardar os nossos apetrechos de pesca , um local acessível e seguro, talvez umas caixas grandes feitas em cima de uma muralha , com acessibilidade para poder-mos por redes e tirar da embarcação, o mais perto possível , tirar o motor da embarcação , talvez uma grua , um Travelis, máquina de gelo, bombas de combustível , bancadas para cortar o isco , o porto de Sesimbra pode

servir de exemplo , é um bom ponto de partida . Não vemos espaço suficiente e muita falta de segurança . Mas estamos abertos a tentar chegar a um consenso , pois só conversando se chega a bom Porto .Por todos estes motivos achamos que aquele local não é o local ideal para nós.Muito obrigado e cumprimentos

Anexos: Não

Tipologia: Proposta concorrente

ID 75447 Tiago Tavares Nogueira Sameiro de Sousa em 2024-06-07

Comentário:

Estudos recentes mostram que esta zona alberga uma zona de refúgio de cavalos marinhos (2 espécies). Estas espécies foram incluídas na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), bem como na Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) e na Convenção de Berna, Fazem parte de um equilíbrio do ecossistema, o mesmo ecossistema que está na base da vida marinha da qual os próprios pescadores subsistem. Um equilíbrio entre a construção e exploração deve ser rigorosamente regulada e equilibrada, de forma a que os impactes ambientais e, em específico, nas populações dos cavalos marinhos sejam previstos e minimizados, para o bem dos acordos internacionais que Portugal retificou e para o bem da biodiversidade que todos usufruímos, em especial a comunidade piscatória, pelo que, não deverá ser favorecida de qualquer forma, face ao equilíbrio do ecossistema, uma vez que é a parte mais interessada na sua preservação, correndo o risco de, à custa de projetos para apoio à sua atividade, virem estes mesmo projetos no futuro a ser a razão da extinção da sua subsistência.

Anexos: Não

Tipologia: Sugestão

Contributo à consulta pública

PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PORTINHO DE PESCA DA TRAFARIA

Considerações Gerais

O presente documento constitui a resposta à consulta pública relativo à Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto Portinho de Pesca da Trafaria, na vila de Trafaria, município de Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Este documento foca-se nas intervenções que visam melhorar o funcionamento e a segurança do Portinho de Pesca da Trafaria, ao nível das infraestruturas marítimas considerando a salvaguarda dos valores naturais da zona, alertando para alguns aspectos que não estão totalmente contemplados no PDA do EIA.

A Associação Natureza de Portugal em associação com a WWF (ANP|WWF) reconhece a importância de melhorar as infraestruturas marítimas no Portinho de Pesca da Trafaria e a realização de um EIA do projeto para que sejam definidas medidas de mitigação dos impactos ao nível do habitat e espécies, seguindo a hierarquia de mitigação.

Sendo a pesca uma atividade com grande importância local é portanto evidente a necessidade da requalificação do porto de pesca da Trafaria ao nível das infraestruturas de apoio, como os abrigos e as instalações da lota, além da melhoria da gestão de resíduos. No entanto é necessário salvaguardar o património natural da zona e a comunidade deverá ser auscultada de forma a identificar as suas necessidades e principais elementos a incluir no plano da obra. Por outro lado, é uma oportunidade para melhorar o conhecimento disponíveis sobre os cavalos-marinhos nesta zona e aproximar a comunidade local dos valores naturais da região, sensibilizando-a para a existência de cavalos-marinhos no local, incluindo-a no processo de criação da zona de proteção para estas espécies e fomentando o sentimento de responsabilidade e reconhecimento do seu papel ativo na conservação e gestão dos recursos marinhos.

Contexto

A Baía da Trafaria é uma área onde não só se concentra o maior núcleo de pesca da freguesia, mas também é uma zona abrigada de correntes que serve de habitat para diversas espécies marinhas, entre as quais os cavalos marinhos (*Hippocampus guttulatus* e *H. hippocampus*) e as marinhas (*Syngnathus acus*) (Silva et al., 2023). As características destas espécies, como a sua baixa fecundidade e distribuição dispersa, tornam-nas muito

susceptíveis a perturbações naturais e antropogénicas (Foster and Vincent, 2004; Correia, 2022). Devido à sua vulnerabilidade, estas espécies estão abrangidas por legislação específica. Para além de estarem listadas na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) e cobertas pela Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Barcelona), em Portugal, estão protegidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 38/2021. Um estudo recente demonstrou que apenas 19-20% do habitat principal das duas espécies de cavalos-marinhos, identificadas em Portugal, estão cobertas por áreas marinhas protegidas, sendo que as zonas de proteção total cobrem menos de 0.5% deste habitat (Peiffer et al., 2024).

Um censo realizado ao longo da frente ribeirinha do concelho de Almada, demonstrou que as densidades de ambas as espécies na área de implementação do projeto apresentam valores bem mais elevados do que a média global (Silva et al., 2023), indicando a importância do local para estas populações e para a sua conservação. Este habitat está sob uma enorme influência antropogénica, refletida numa enorme acumulação de lixo no fundo, bem como na presença de um sistema de poitas, que apesar dos seus reconhecidos impactos negativos para o meio ambiente, proporcionam oportunidades para a fixação dos cavalos-marinhos. A maior parte deste lixo provém da pesca profissional, em parte devido à falta de condições dos abrigos de apoio e gestão de resíduos, que acabam por ir parar à água (Silva et al., 2023).

Considerações específicas aos documentos em consulta pública

Na página 16 do PDA são apresentadas as “2.4. Principais ações associadas às fases de construção, exploração e desativação”, com potenciais impactos. Salientamos a “C.1. Realização de dragagens e imersão de materiais dragados no leito estuarino, C.2 Construção do quebra mar e dos cais e pontões flutuantes e C.3 Instalação de infraestruturas marítimas (pontões, pontes-cais, amarrações, etc.)” como as que terão mais impacto ao nível do hidrodinamismo e sedimentos da parte marinha, habitats e biodiversidade marinhas, que devem ser referidos na Página 38 “4.3 Fatores ambientais relevantes”. Estas ações terão impactos a diferentes níveis, condições hidrodinâmicas da baía, habitats, populações de espécies marinhas e qualidade da água. É assim importante que o EIA contemple medidas para mitigar estes impactos.

Salientamos que para a realização de dragagens e imersão de materiais:

- De modo a assegurar a qualidade do meio marinho, é essencial que antes de iniciar as dragagens, esteja contemplada em sede de EIA, **uma análise aos sedimentos para detectar possíveis contaminantes** e os impactos do seu remeximento. Por outro lado, **não estão referidos na página 38 “4.3 Fatores ambientais relevantes” os possíveis desequilíbrios na praia e assoreamentos futuros, que poderão provocar a alteração das correntes marinhas e dinâmica sedimentar.** No entanto,

será também necessário **monitorizar os impactos do assoreamento e dragagens nas comunidades biológicas** (cavalos-marinhos e marinhas) **pelo menos uma vez por ano, durante 5 a 10 anos após o final da obra** de modo a identificar e implementar as medidas de conservação necessárias para salvaguardar as espécies marinhas e os seus habitats.

No que toca às “C.12 Operações de recolha das espécies protegidas *Hippocampus hippocampus*, *Hippocampus guttulatus* (cavalos-marinhos) e *Syngnathus acus* (marinhas) para local adequado, requalificação dos seus habitats e recolocação destas espécies” salientamos que:

- É necessário que as operações de recolha sejam **repetidas ao longo da obra para salvaguardar indivíduos que recolonizem a área**. O EIA deverá definir que entidade será responsável por essa recolha, sendo que o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas) já liderou uma intervenção semelhante na zona aquando do colapso de um dos pontões flutuantes. Além disso, **deverá ser realizado um estudo científico para explorar as melhores possibilidades de locais de recolocação destes animais bem como a elaboração de plano de monitorização, de modo a maximizar o sucesso da translocação**.
- Na pág. 75, do Anexo 3 p.75 é referida a limpeza dos fundos de dragagem, sendo que o PDA não refere depois as perdas de oportunidades de fixação para os cavalos-marinhos, devido à limpeza do lixo . É importante que **o EIA identifique medidas de mitigação que deverão estar relacionadas com o restauro do habitat natural a par da implementação de estruturas artificiais de abrigo, que podem servir como pontos de fixação** (Correia et al., 2015) para os cavalos-marinhos. A implementação de zonas de proteção onde são proibidas todas as atividades de exploração com impactos negativos para o ecossistema são consideradas a melhor medida de conservação para estes animais. Deste modo, e sendo este local uma zona de elevado interesse para a conservação das espécies de cavalos-marinhos e marinha, **o projeto do novo porto de pesca da Trafaria surge como uma oportunidade para a criação de uma zona de proteção, e o seu desenho deverá incluir uma zona de proteção integral destas espécies**.

Por outro lado, na pág. 33 é dito que “Permanece por avaliar a dimensão do habitat disponível para estas espécies neste local e em áreas adjacentes (...), os trabalhos realizados anteriormente foram de âmbito pontual no tempo, não permitindo tirar conclusões acerca da variabilidade sazonal e interanual destas populações de singnatídeos.” Considera-se que a requalificação desta zona é também uma **oportunidade para melhorar o conhecimento sobre estas espécies, o habitat disponível e portanto o estabelecimento de monitorizações regulares, que deverão estar a cargo da Câmara Municipal de Almada, antes, durante e depois das obras são fundamentais**.

Na pág. 40, “4.6 Partes interessadas”, a tabela de levantamento de stakeholders apresenta alguma lacunas e **seria importante referir outras associações ambientais, com trabalho relevante na zona como a ANP|WWF, além das associações de pescadores, como é o caso da Associação de Pescadores Ala-Ala, sediada na zona da Costa da Caparica.** O conhecimento ecológico local e as percepções da comunidade devem ser tidas em conta ao longo de todo este processo. Por outro lado, como forma a sensibilizar a comunidade para a presença e importância de preservação destas espécies e dos seus habitats, e tendo em conta o seu potencial como espécies bandeiras para a conservação dos ecossistemas marinhos, **deve ser considerada a criação de um centro de interpretação dos cavalos-marinhos e marinhas nas novas instalações do porto, bem como de um programa educativo** que vise a conservação dos valores naturais da frente ribeirinha de Almada, em especial da comunidade de cavalos-marinhos e marinhas da Trafaria.

Referências

F. Peiffer, A.R.A. Lima, S. Henriques, M.A. Pardal, F. Martinho, J.M.S. Gonçalves, E.J. Gonçalves, M. Correia, G.J.F. Silva, Habitat suitability of two flagship species, *Hippocampus hippocampus* and *Hippocampus guttulatus*, in the Atlantic coast of the Iberian Peninsula - implications for conservation, *Glob. Ecol. Conserv.* 53 (2024) e02993. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2024.e02993>.

Gonçalo Silva, Mariana Coxey & Miguel Correia, 2023. “CavALMar-Avaliação populacional das espécies de cavalos-marinhos na frente ribeirinha do concelho de Almada”, Relatório técnico final, 82pp., Almada, Portugal.

M. Correia, H. Koldewey, J.P. Andrade, J. Palma, Effects of artificial holdfast units on seahorse density in the Ria Formosa lagoon, Portugal, *J. Exp. Mar. Biol. Ecol.* (2015) 1–7. <https://doi.org/10.1016/j.jembe.2015.05.012>.

M. Correia, Monitoring of Seahorse Populations, in the Ria Formosa Lagoon (Portugal), Reveals Steep Fluctuations: Potential Causes and Future Mitigations, *Proc. Zool. Soc.* 75 (2022) 190–199. <https://doi.org/10.1007/s12595-021-00394-2>.

S.J. Foster, A.C.J. Vincent, Life history and ecology of seahorses: implications for conservation and management, *J. Fish Biol.* 65 (2004) 1–61. <https://doi.org/10.1111/j.0022-1112.2004.00429.x>.

Parecer sobre a Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto Portinho de Pesca da Trafaria, na vila de Trafaria, município de Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria, elaborado no âmbito da consulta pública.

O presente documento constitui o parecer conjunto de um grupo de investigadores do MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET, laboratório associado), MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha, e Project Seahorse/ University of British Columbia (ver Equipa), sobre a **Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto Portinho de Pesca da Trafaria, na vila de Trafaria, município de Almada, União das Freguesias de Caparica e Trafaria**, elaborado no âmbito da Consulta Pública <https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria>.

Felicitemos desde logo os proponentes pela iniciativa de apresentação de um plano com o objetivo de melhorar o funcionamento e a segurança no Portinho de Pesca da Trafaria, incluindo infraestruturas marítimas e terrestres, reconhecendo desde logo os valores naturais e tendo em conta as diversas componentes do projeto (social, ambiental, cultural, patrimonial e de saúde pública).

Após leitura aprofundada dos documentos em consulta por parte da equipa, apresentam-se de seguida comentários e sugestões construtivas que esperamos poderem contribuir para melhorar a proposta em análise, assim como medidas de mitigação. A nossa abordagem procurou focar-se sobretudo na conservação da população de cavalos-marinhos existentes nesta área que deverá ser considerada prioritária, mas também na premissa que a melhoria das condições de trabalho, de segurança e de vida das pessoas que utilizam esta área são fundamentais para a preservação dos cavalos-marinhos. Este parecer teve como base o trabalho realizado anteriormente, traduzido no relatório do projeto CavALMar, projeto desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Almada. A população de cavalos-marinhos é um património natural com elevado interesse de conservação, mesmo ao nível da sua área de distribuição, e a sua preservação depende do envolvimento da comunidade local e do seu bem estar. Desta forma, a equipa que elaborou este parecer reconhece a construção do porto de pesca na Trafaria como uma necessidade, e ao mesmo tempo uma oportunidade para a conservação, utilizando os cavalos-marinhos como espécies-bandeira para a conservação. Os cavalos-marinhos poderão assim constituir um dos pilares deste projeto, em todas as fases da obra e tendo em conta as medidas de mitigação a longo prazo, ajudando a criar uma identidade em que a comunidade local se identifique, e facilitando a comunicação entre todos os interlocutores. Abaixo, detalhamos os seguintes elementos principais deste parecer:

- 1. Enquadramento sobre os cavalos-marinhos e marinhas**
- 2. Considerações gerais sobre o projeto de construção do porto de pesca da Trafaria**
- 3. Oportunidades para a conservação e medidas de mitigação**
- 4. Conclusões**

Em anexo, incluímos também um parecer do Grupo de Especialistas em Cavalos-marinhos, Marinhas e Dragões Marinhos da Comissão para a Sobrevivência das Espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza ([IUCN SSC SPSSG](#)) que reforça a importância global desta população de cavalos-marinhos para a conservação.

1. Enquadramento sobre os cavalos-marinhos e marinhas

Os singnatídeos, i.e. cavalos-marinhos, marinhas e dragões-marinhos, são espécies marinhas protegidas, carismáticas e icónicas, que vivem em zonas pouco profundas de alguns dos habitats marinhos mais vulneráveis em todo o mundo. Estes peixes vivem tipicamente em zonas costeiras onde há maior impacto de atividades humanas, ficando vulneráveis à poluição e à perda de habitat. O reconhecimento internacional destes fatores de pressão e do seu impacto negativo nas populações, levou a que fossem implementadas medidas de mitigação, entre as quais se destaca a inclusão destas espécies na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) e no anexo II da Convenção de Berna. Recentemente foi aprovada uma resolução no congresso da IUCN que visa a conservação de singnatídeos ([WCC-2020-Res-095](#)). Esta resolução enfatiza os impactos das atividades humanas nos habitats críticos para os singnatídeos, como por exemplo as pradarias marinhas, e outras zonas de extrema importância para as fases juvenis destas espécies e que se encontram ameaçadas em toda a Europa. Assim, urge implementar as diretrizes que esta resolução define, nomeadamente a de recolha de informação do estado das populações de singnatídeos, bem como promover ativamente a sua conservação.

Em termos nacionais, o [Decreto-Lei n.º 38/2021 | DR](#) aprova o regime jurídico aplicável à proteção e à conservação de algumas espécies vulneráveis, entre as quais os cavalos-marinhos (e outros singnatídeos). Estes fatores de proteção, aliados ao carisma e ao consenso da opinião pública quanto à necessidade de preservação destes animais (Oliveira, 2023), fazem com que os cavalos-marinhos sejam espécies-bandeira em ações de sensibilização e de conservação da biodiversidade marinha.

Em Portugal existem duas espécies de cavalos-marinhos, o cavalo-marinho-de-focinho-comprido (*Hippocampus guttulatus*) e o cavalo-marinho-comum (*H. hippocampus*), ambas com estatuto de conservação da IUCN classificado como “dados insuficientes” (Pollom, 2017; Woodall, 2017). Estas espécies distribuem-se por toda a zona costeira do país, onde os impactos das atividades humanas são mais evidentes. A proteção conferida por Áreas Marinhas Protegidas em Portugal aos cavalos-marinhos abrange menos de 20% da sua distribuição, sendo que menos de 0,5% é de proteção total (Peiffer et al 2024). As populações de cavalos-marinhos da Ria Formosa são as mais estudadas no território nacional e, na última década, a abundância sofreu uma redução na ordem dos 90%, devido sobretudo a pressões antropogénicas (Correia 2022). No resto do país não há estudos que permitam inferir sobre as tendências populacionais, embora se saiba que os estuários do Tejo e do Sado, a par da Ria Formosa, são os locais mais importantes para os cavalos-marinhos (Peiffer et al 2024).

Em 2019 foi descoberto um núcleo populacional de cavalos-marinhos com interesse para a conservação no estuário do Tejo, mais concretamente na baía da Trafaria (concelho de Almada), criando a necessidade urgente de conhecer mais sobre o tamanho da população, a caracterização do habitat onde ocorrem e quais as suas ameaças. Para colmatar esta lacuna, entre 2022 e 2023, foi desenvolvido o projeto CavALMar “Avaliação populacional das espécies de cavalos-marinhos na frente ribeirinha do concelho de Almada”, um protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o MARE-ISPA (Silva et al 2023; [Projeto CavALMar - Quantos são e onde vivem os cavalos-marinhos de Almada](#)).

No âmbito das atividades do Projeto, foram identificados singnatídeos em 9 dos 13 locais visitados ao longo da frente ribeirinha de Almada, sendo a Trafaria o local onde foram observados mais indivíduos. Aqui, foram observadas as duas espécies de cavalos-marinhos e a marinha comum (*Syngnathus acus*) (Figura 1).

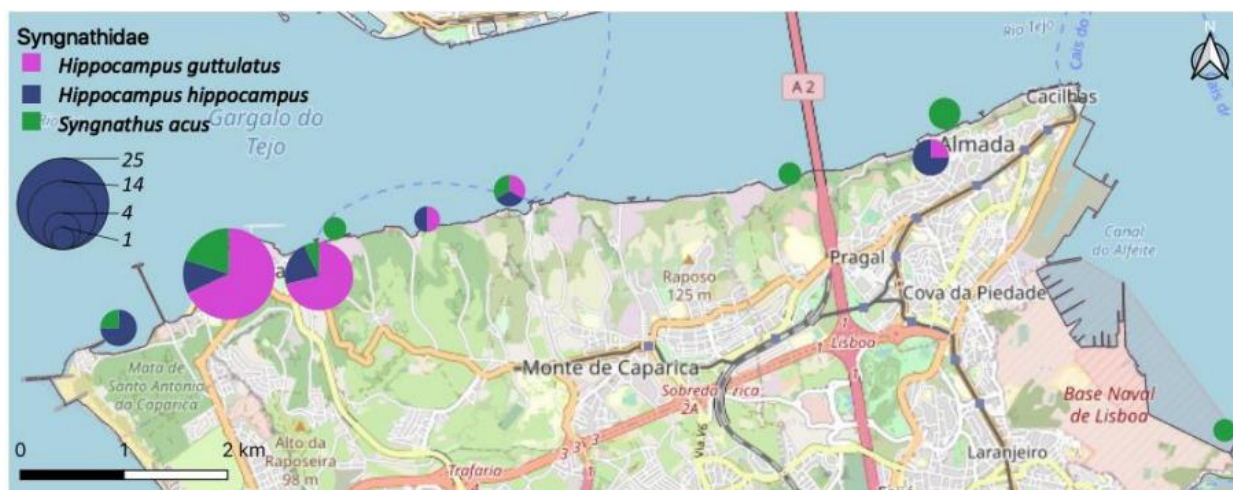


Figura 1 - Distribuição das 3 espécies de Singnatídeos encontradas nos mergulhos do Projeto CavALMar, proporção de espécie por ponto (círculos) e total de indivíduos encontrados (tamanho dos círculos) (Silva et al. 2023).

Em trabalhos anteriores e registos ocasionais, foram também observadas outras espécies de marinhas dentro do estuário e na embocadura do Tejo (*Syngnathus thyphle* [Cabral et al. 2001], [Syngnathus abaster](#), *Entelurus aquoreus* [Rolim com. pess.], [Nerophis lumbriciformis](#)). As densidades observadas dos cavalos-marinhos foram equivalentes às encontradas na Ria Formosa (Correia, 2022), e das mais elevadas da sua área de distribuição - 0,029 ind/m² para *H. guttulatus* e 0,006 ind/m² para *H. hippocampus* (Tabela 1) - (Woodall et al 2018).

Tabela 1 - Abundâncias e densidade das 3 espécies de Syngnathidae encontradas na frente ribeirinha de Almada, por local, bem como esforço e áreas de amostragem em cada ponto de amostragem no decurso do Projeto CavALMar (Silva et al 2023).

	Local	Abundância (n)			Tempo mergulho (min)	Distância (m)	Área amostrada (m ²)	Densidade (ind./m ²)			Densidade (ind./100m ²)		
		<i>Hippocampus guttulatus</i>	<i>Hippocampus hippocampus</i>	<i>Syngnathus acus</i>				Hip gut	Hip hip	Syn acu	Hip gut	Hip hip	Syn acu
1	Cova do Vapor	0	0	0	60	300	600	0.000	0.000	0.000	0.00	0.00	0.00
2	Cais da Saudade	0	3	1	95	350	700	0.000	0.004	0.001	0.00	0.43	0.14
3	Torrão 2	0	0	0	60	200	400	0.000	0.000	0.000	0.00	0.00	0.00
4	Baía da Trafaria (transectos)	10	3	1	778	800	1600	0.006	0.002	0.001	0.63	0.19	0.06
5	Forte Nossa Sra. Saúde	0	0	1	60	205	410	0.000	0.000	0.002	0.00	0.00	0.24
6	Portinho da Costa	1	1	0	60	150	300	0.003	0.003	0.000	0.33	0.33	0.00
7	Porto Brandão	1	1	1	60	175	350	0.003	0.003	0.003	0.29	0.29	0.29
8	Banática	0	0	0	60	145	290	0.000	0.000	0.000	0.00	0.00	0.00
9	Palença	0	0	1	60	255	510	0.000	0.000	0.002	0.00	0.00	0.20
10	Praia do Cristo-Rei (Arrábida)	0	0	0	60	170	340	0.000	0.000	0.000	0.00	0.00	0.00
11	Olho de boi (Praia)	1	3	0	60	300	600	0.002	0.005	0.000	0.17	0.50	0.00
12	Olho de boi (CPP)	0	0	3	60	140	280	0.000	0.000	0.011	0.00	0.00	1.07
13	Base naval Alfeite	0	0	1	60	350	700	0.000	0.000	0.001	0.00	0.00	0.14
4a	Trafaria pontão (Ocenário)	19	4	5	-	-	650	0.029	0.006	0.008	2.92	0.62	0.77
TOTAL		32	15	14	1533	3540	7730						

Para além disso, o comprimento médio dos indivíduos foi o mais elevado da sua área de distribuição (Figura 2; Silva et al 2023; Woodall et al 2018). As características desta população reforçam a importância deste local para a conservação da espécie a nível global da sua área de distribuição.

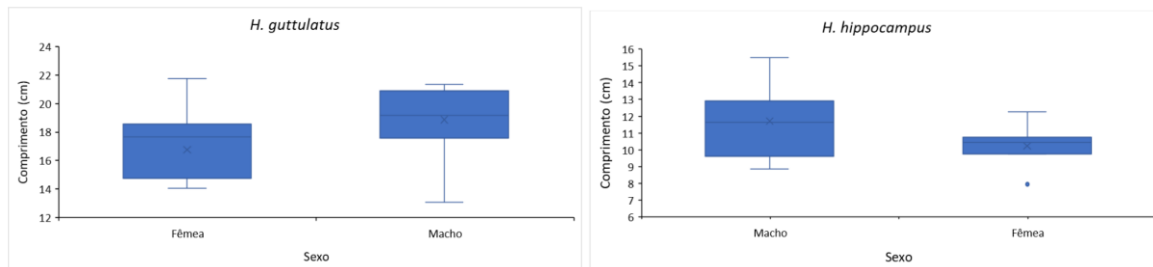


Figura 2 - Distribuição de comprimento, por sexo, dos a) 30 indivíduos de *Hippocampus guttulatus* e b) dos 14 indivíduos de *Hippocampus hippocampus*, analisados no decurso do Projeto CavALMar (Silva et al 2023).

Durante o projeto CavALMar foram ainda identificadas diversas ameaças a estas populações (Figura 3; Silva et al 2023), nomeadamente pesca acessória, exposição a diferentes tipos de poluição, como elevadas quantidades de lixo marinho e ruído subaquático (Palma et al 2019) produzido por embarcações de grandes dimensões, o seu habitat destruído e fragmentado por artes de pesca destrutivas e ilegais e, a longo prazo, o efeito das alterações climáticas (Costa et al 2023).



Figura 3 - Mapeamento das principais ameaças da zona costeira/ribeirinha de Almada: transporte fluvial (ferry de Cacilhas, Porto Brandão e Trafaria), embarcações e áreas industriais (e.g. Banática, Repsol, Galp), vulnerabilidade climática e agregações de lixo marinho (Silva et al 2023).

Entre Março de 2022, houve ainda um episódio do colapso de um dos pontões flutuantes da baía da Trafaria, o que levou a uma intervenção de urgência para a remoção de todos os singnatídeos que ocorriam naquela zona, intervenção essa que foi liderada pelo Instituto para a Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em colaboração com o MARE-ISPA (responsável pelas operações de mergulho), com o Oceanário de Lisboa (responsável pelo transporte e manutenção dos organismos em cativeiro, até à sua reintrodução na natureza) e com a Câmara Municipal de Almada. Os animais recolhidos foram devolvidos com sucesso ao seu local original em 2023 ([Libertação de marinhas na Trafaria](#); [Libertação de cavalos-marinhos na Trafaria](#)), embora continuem em risco devido às ameaças identificadas durante os trabalhos do Projeto CavALMar (Figura 3).

Apesar dos resultados obtidos, nada se sabe sobre a tendência populacional destes organismos, nem os efeitos que as ameaças representam na variação natural sazonal e anual dos efetivos populacionais. Assim, é fundamental acompanhar estas populações ao longo do tempo, conhecer mais sobre a sua biologia e ecologia, e torna-se urgente encontrar soluções para a melhoria das condições de vida destes organismos no meio natural, e de um aumento do nível de proteção.

A percepção dos stakeholders em relação aos cavalos-marinhos do Tejo foi estudada no âmbito de uma tese de mestrado através de questionários (Oliveira, 2023), e os resultados indicaram que a falta de regulamentação e fiscalização é uma grande preocupação para os esforços de conservação local, permitindo a realização de atividades ilegais que afetam negativamente as atividades tradicionais, o ambiente natural e organismos bentónicos, como os cavalos-marinhos. A maioria dos participantes estava ciente da presença de cavalos-marinhos, mas sua natureza críptica dificulta a observação, com avistamentos relatados principalmente por pescadores devido a capturas acidentais (Oliveira, 2023). Outro resultado importante deste trabalho é que

100% dos inquiridos consideraram os cavalos-marinhos importantes para a conservação e que deverão ser envidados esforços para proteger estas espécies (Oliveira, 2023).

Em suma, os cavalos-marinhos são espécies-bandeira para a conservação protegidas por lei, mas carecem de medidas adicionais de proteção, gestão e fiscalização, existindo na Trafaria um núcleo populacional com elevado interesse para a conservação.

2. Considerações gerais sobre o projeto de construção do porto de pesca da Trafaria

Consideramos que a construção de um porto de pesca na Trafaria é uma infraestrutura necessária e que irá contribuir para a melhoria das condições de trabalho, de segurança e de vida das pessoas que utilizam e que exercem a sua atividade profissional neste espaço, mas também uma oportunidade para a conservação dos cavalos-marinhos existentes na área. O projeto apresentado tem em conta diversos aspectos devidamente justificados como a necessidade da construção de um quebra-mar demonstrado através de um estudo exaustivo com simulações de correntes marinhas e ventos dominantes, cálculos relativos ao aumento do nível das águas devido às alterações climáticas, a listagem das ações nas diferentes fases da obra e os seus possíveis impactos nas diversas componentes que deverão ser tidos em conta no Estudo de Impacte Ambiental (EIA). Outro aspecto relevante mencionado é a recolha e gestão de resíduos e efluentes durante e depois da obra. Detalhamos, em seguida, considerações sobre alguns aspectos relevantes do projecto e sugestões construtivas:

Infraestruturas marítimas

A área atual mais importante para os cavalos-marinhos (com uma dimensão estimada de 1500 m²), segundo o projeto apresentado na consulta pública, será aterrada para a construção de um quebra-mar num total de 760 m². De acordo com o desenho do projeto, a área aterrada deverá ser muito superior aos 760 m² indicados. A criação de um quebra-mar e o aterro desta área irá eliminar o local onde actualmente se encontram os cavalos-marinhos e poderá alterar a hidrodinâmica e dinâmica sedimentar das regiões circundantes. Uma vez que a área específica onde eles se encontram atualmente irá desaparecer, poderá não ser possível encontrar condições adequadas semelhantes às atuais para a permanência dos cavalos-marinhos num local próximo. Embora tenha sido realizada a modelação matemática da situação de referência relativamente à agitação proveniente do largo até à zona próxima da Trafaria com uma resolução de 2 m, esta não contempla a simulação das correntes e dos sedimentos após a instalação do quebra-mar e as alterações que a construção de uma infraestrutura poderá ter na dinâmica local. Neste sentido, sugerimos um estudo aprofundado da dinâmica de correntes e sedimentos provocado pela instalação do quebra-mar, de forma a se encontrar um local dentro da baía da Trafaria com condições semelhantes às atuais e onde se possam criar estruturas artificiais que promovam e favoreçam a fixação dos cavalos-marinhos nessa nova área. Em todo o caso, alertamos para o risco que a construção do quebra-mar representa para a viabilidade da população de cavalos-marinhos na baía da Trafaria após a obra, uma vez que a sua zona preferencial deixará de existir, e o sucesso de estabelecimento da população numa nova área é incerto. À sua realocação estarão associados elevados riscos que serão difíceis de prever,

pelo que cabe às entidades competentes assumir esse risco, ou solicitar alteração do desenho do quebra-mar de forma a manter o local intacto. Deverão ainda ser implementadas outras medidas, incluindo medidas de mitigação e monitorização de longo termo na fase pós-obra (**ver secção Oportunidades para a conservação e medidas de mitigação**).

A projeção de um cais flutuante para a acostagem de embarcações de pesca artesanal é positiva porque elimina a necessidade de poitas e cabos colocados de forma desregulada, e com recurso a materiais prejudiciais ao ambiente (e.g. plástico; pneus). É, no entanto, absolutamente necessário estudar o número de embarcações que habitualmente são poitadas na baía da Trafaria e as respectivas dimensões, de forma a que não haja falta de amarrações disponíveis. Inicialmente, foi definida pela DOCAPESCA a necessidade de uma área de amarração mínima para 140 embarcações (Anexo III da proposta), mas no plano final estão contemplados apenas 34 lugares, sem que houvesse nenhuma justificação para essa alteração. Consultando algumas fotografias disponíveis na internet ([foto 1](#), [foto 2](#), [foto 3](#), entre outras) foi possível contar mais do dobro ou do triplo de embarcações fundeadas ao longo de toda a baía, o que poderá gerar descontentamento e conflito entre os profissionais da pesca. Caso seja necessário mais de 34 lugares para embarcações, deverá ser considerada a instalação de mais fundeadouros ao longo de toda a baía. Estes deverão ser fundeadouros “amigos do ambiente”, à semelhança dos instalados na Ilha da Culatra, na Ria Formosa (Martini et al, 2023).

A pesca lúdica apeada é uma atividade com grande expressão na área, realizada a partir dos pontões flutuantes existentes, mas trata-se de uma atividade ilegal neste local específico. Devido à falta de regulação e de fiscalização ao longo do tempo, esta atividade está enraizada na cultura local, pelo que consideramos que seria benéfico incluir uma plataforma na parte exterior do quebra-mar dedicada a esta atividade no plano do porto de pesca, a fim de evitar conflitos futuros, e/ou de estimular a pesca apeada ilegal em locais sensíveis. Concentrando os pescadores lúdicos numa só área, a gestão do espaço e a recolha de resíduos poderá ser feita de forma mais eficiente.

Infraestruturas terrestres

No plano final estão considerados 32 armazéns de aprestos, embora estivessem inicialmente previstos 100 por indicação da DOCAPESCA (Anexo III da proposta). No entanto, não é referido o número de pescadores interessados em ter um armazém de aprestos. Nas infraestruturas terrestres está também contemplada uma área para estendal de redes de pesca artesanal, mas não refere se a mesma é coberta, o que possibilita que os pescadores possam trabalhar em más condições climatéricas, altura em que provavelmente não vão ao mar..

Uma das principais ameaças atuais à biodiversidade local, e principalmente à população de cavalos-marinhos, é a recolha e gestão ineficiente de resíduos (Silva et al 2023), que tem provocado acumulação de lixo junto à margem, levando a que eventualmente caia na água. Por este motivo, o plano apresentado deverá contemplar acessibilidades apropriadas para a circulação e operação dos camiões do lixo e incluir a localização de todas as infraestruturas necessárias, algo que deverá ser coordenado com a Câmara Municipal e a empresa municipal de recolha de resíduos.

Principais ações associadas às fases de construção, exploração e desativação

Durante a construção das infraestruturas marítimas do porto de pesca, que inclui dragagens, imersão de dragados, aterro de sedimentos e construção de pontões flutuantes e de um quebra-mar, várias medidas podem ser implementadas de forma a minimizar os impactos. Primeiro, e tal como referido no plano apresentado, a remoção de todos os singnatídeos em redor do perímetro da obra até aos 15 m de profundidade deverá ser realizado no período antes da obra, e a cada 2 meses durante o período da obra das infraestruturas marítimas. A experiência anterior do colapso do pontão flutuante que ocorreu em 2022 (**ver secção Enquadramento sobre os cavalos-marinhos e marinhas**) permite-nos afirmar que existe recolonização da área, o que justifica verificações repetidas no tempo durante o período da obra. Esta experiência anterior também nos indica que a recolha e manutenção dos singnatídeos em cativeiro durante o período da obra é possível, com elevadas probabilidades de sucesso, caso a entidade que transporte e receba os animais tenha experiência neste tipo de operações. Contudo, o tempo estimado para a obra das infraestruturas marítimas é de 30 meses, um tempo bastante superior ao ocorrido anteriormente, envolvendo maiores riscos que a operação anterior, já que o tempo de vida destes organismos é de cerca de 6-7 anos (Curtis & Vincent 2006). Os espécimes só deverão ser devolvidos à água após a pluma de sedimentos desaparecer e as análises à qualidade da água voltarem ao normal. A entidade que irá receber os organismos deverá ser capaz de reproduzir os mesmos em cativeiro, de forma a conhecer melhor a biologia e ecologia destas espécies, e a compensar a mortalidade natural esperada. Sublinhamos que os procedimentos de translocação e repovoamento de singnatídeos, a serem realizados, deverão seguir as recomendações do Manual de Boas Práticas que o grupo de especialistas em cavalos-marinhos, marinhas e dragões-marinhos da IUCN SSC está a preparar.

Uma vez que existem grandes quantidades de lixo na zona dos pontões flutuantes onde ocorrem os cavalos-marinhos, este deverá ser recolhido antes da obra, devidamente inspecionado por técnicos especializados, e os singnatídeos encontrados deverão ser transportados para a instituição que os irá acolher. Os restantes organismos deverão ser devolvidos à água numa outra localização a definir, fora da área de influência do porto de pesca.

Um dos impactos decorrentes da obra é a formação de uma pluma de sedimentos, pluma essa que não é mencionada nos documentos em consulta pública. Para evitar a formação de uma pluma de sedimentos, poderá ser conveniente a instalação de cortinas de sedimentos ao redor das áreas de dragagem e deposição de dragados para conter e controlar a dispersão de sedimentos. Poderão ser utilizadas técnicas de dragagem de baixo impacto, como dragas de sucção, minimizando a suspensão de sedimentos. Recomenda-se ainda a implementação de um sistema de monitorização da qualidade da água e de turbidez para permitir identificar e mitigar rapidamente possíveis impactos causados pelos sedimentos. As atividades de dragagem deverão ser realizadas durante os períodos de menor impacto, nomeadamente fora da temporada de reprodução dos cavalos-marinhos, entre Abril e Outubro (Woodall, 2017; Pollom, 2017). Utilizar barreiras flutuantes para limitar a propagação de sedimentos durante a construção de quebra-mares também pode ser uma medida eficaz. Idealmente, estas atividades deverão ser realizadas em período de maré vazante, de forma a que a pluma seja arrastada para a foz. Implementando estas estratégias, é possível minimizar o impacto ambiental e proteger os

cavalos-marinhos e outros organismos marinhos na área de influência da construção do porto de pesca.

Apesar do plano indicar alguma atividade de ruído proveniente da movimentação de embarcações, tráfego rodoviário e aéreo, atividades de reparação de embarcações e operações de carga e descarga nas instalações da SILOPOR, não foram identificados elevados níveis sonoros superiores aos limites estabelecidos no Regulamento Geral do Ruído para zonas mistas. Contudo, o plano é omissivo para o ruído subaquático, que é um fator de stress para a biodiversidade marinha, em particular para os cavalos-marinhos (Palma et al., 2019). Durante a fase de obra das infraestruturas marítimas, será aconselhável monitorizar o ruído subaquático, uma vez que este pode afetar outros organismos marinhos, como é o caso dos golfinhos. Caso os níveis de ruído sejam superiores aos recomendados, deverão ser tomadas medidas de minimização, como por exemplo a implementação de barreiras acústicas.

O programa de necessidades definido pela DOCAPESCA foi alterado e redimensionado ao longo do desenvolvimento da proposta (Anexo II da proposta) sem nenhuma justificação indicada e em nenhuma parte do plano é referido que a comunidade local foi consultada de forma a suprir as suas necessidades, para estimar o nº de amarrações ou de armazéns de aprestos necessários, nem para otimizar o desenho das instalações de forma a que estas sejam mais práticas e convenientes aos utilizadores. Reforçamos que a auscultação da comunidade local é vital para o bom funcionamento do porto de pesca, com consequências para a preservação da biodiversidade, em particular da comunidade de cavalos-marinhos. Os cavalos-marinhos são considerados espécies bandeira para a conservação e têm a capacidade de gerar consensos e diminuir conflitos quando toca à preservação da natureza (Oliveira, 2023).

Proposta metodológica para a caracterização do estado atual do ambiente e sua previsível evolução sem projeto

A proposta inclui, para a componente da biodiversidade, uma área de estudo com raio de 200 m para cobrir habitats usados pelas espécies de singnatídeos, incluindo os locais de imersão dos dragados (onde existe atualmente maior densidade de cavalos-marinhos). Este raio tem como limite Oeste e Norte as estruturas da SILOPOR e a Este aproximadamente $\frac{2}{3}$ da baía. Será recolhida informação sobre os Habitats naturais terrestres e marinhos, Espécies da flora (terrestre e marinha), Espécies da fauna (terrestre e marinha), Espécies exóticas presentes (terrestres e marinhas), Distribuição de espécies protegidas (terrestres e marinhas), Estrutura ecológica regional e municipal. Considera-se que o raio definido para a área de estudo é adequado.

Apesar da proposta metodológica incluir fontes de informação baseadas em bibliografia, nesta fase pré-obra consideramos que é absolutamente fundamental realizar novos censos dirigidos aos cavalos-marinhos e marinhas no terreno. Da mesma forma, consideramos crítica a realização de um conjunto de reuniões, workshops, entrevistas e depoimentos com os *stakeholders* locais, com o objetivo de ouvir as suas necessidades, de compreender melhor a sua atividade e de resolver potenciais conflitos entre estes, a construção do porto, e a biodiversidade.

Proposta metodológica para identificação e avaliação de impactes

A proposta considera dois momentos de avaliação de impactes, na fase pré-obra sem aplicação de medidas de mitigação, e na fase pós-obra considerando a aplicação de medidas de mitigação.

Relativamente aos critérios para avaliação do significado dos impactes (Quadro 6.3.2), segundo o projeto apresentado e para o critério 10 - Perda de habitat das espécies marinhas protegidas (cavalos-marinhos e marinhas), à priori podemos já classificar o sentido negativo e muito significativo em termos de escala, uma vez que o quebra-mar projetado irá aterrar o local onde se concentra o núcleo desta população de cavalos-marinhos, havendo perda total. Quando traduzido para a matriz de risco (Quadro 6.3.5), consideramos que falta uma categoria de perda total, embora possamos considerar que as medidas de mitigação poderão enquadrar-se em “Risco Extremo”, já que a população terá de ser realojada num outro local, que terá condições diferentes da anterior.

A proposta considera o condicionalismo respeitante à altura do ano em que devem ser realizadas as análises das populações de singnatídeos na Trafaria, nomeadamente a partir do início de junho e durante os meses de verão, durante os quais estão reunidas as melhores condições de visibilidade e de segurança adequadas à realização dos trabalhos subaquáticos (visibilidade superior a 3 m). Faltou, no entanto, considerar a época de reprodução destas espécies, que decorre de abril a outubro (Woodall, 2017; Pollom, 2017), período durante o qual deverão ser evitadas perturbações.

3. Oportunidades para a conservação e medidas de mitigação

A construção de um novo porto de pesca na Trafaria deverá assumir-se como uma oportunidade crucial para a conservação dos cavalos-marinhos, integrando-os como um dos pilares de sustentabilidade desta infraestrutura, dando-lhes visibilidade como símbolo local. A criação de uma identidade visual em torno do cavalo-marinho proporcionará a visibilidade destes organismos no dia-a-dia local e um motivo de orgulho (e.g. uma rotunda, um mural, um detalhe do edifício). Para além disso, deverão ser instalados painéis informativos sobre os cavalos-marinhos e as características desta população. Este efeito irá aumentar o engajamento da comunidade, i.e. o envolvimento dos pescadores e da comunidade local nos esforços de conservação, promovendo práticas de pesca sustentáveis e a participação em projetos de monitorização e proteção dos cavalos-marinhos. O envolvimento da comunidade é essencial para o sucesso dos esforços de conservação.

Este projeto é a oportunidade ideal para reorganizar a dinâmica do local, podendo incluir várias medidas de conservação e de integrar diferentes componentes que hoje em dia não existem e dificilmente poderão ser implementadas sem uma reestruturação de fundo como esta obra proposta. Uma dessas medidas é a criação de um santuário marinho dedicado à proteção e estudo dos cavalos-marinhos, garantindo um habitat seguro e monitorizado. Esclarece-se, porém, que a criação de um santuário não implica necessariamente proibições e restrições adicionais às existentes hoje em dia neste local (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/569-572893>), mas sim uma melhor organização, gestão, conhecimento do espaço e cumprimento das leis em vigor. A criação de um santuário

deverá respeitar uma zonação de acordo com os usos e as diferentes necessidades, do ponto de vista da biodiversidade e/ ou das atividades económicas locais.

A criação de um santuário marinho dedicado aos cavalos-marinhos deverá ser sujeito a um processo participativo com os atores locais, as autoridades, as entidades responsáveis pela gestão do espaço, a academia, as associações culturais, ambientais e profissionais, entre outros atores. Neste processo, os diferentes atores irão identificar as vantagens, as desvantagens e os conflitos num processo como este, e decidir em conjunto quais as melhores soluções para a gestão do espaço. Idealmente, o santuário de cavalos-marinhos na Trafaria será composto por zonas de proteção, visando a conservação destas espécies e a sustentabilidade do ecossistema local, em plena harmonia com as atividades locais, e consequentemente favorecendo as atividades tradicionais. Primeiramente, haverá uma área de proteção exclusiva aos cavalos-marinhos com cerca de 1500m² (área aproximada onde existe a maior densidade atualmente, anteriormente referida como o núcleo), equipada com estruturas artificiais ("hotéis para cavalos-marinhos") para promover a fixação e habitat adequados. Esta área, inicialmente destinada à monitorização científica, poderá futuramente ser utilizada para ecoturismo, educação e sensibilização ambiental, sendo devidamente sinalizada à superfície, limitada à navegação e à pesca.

Outras zonas poderão ser equacionadas, seja de proteção parcial com autorização à circulação de embarcações, mas que poderá proibir ou não atividades de pesca à linha para proteger o habitat dos cavalos-marinhos. Pesca com redes, arrasto de vara ou ganchorra deverão ser interditas dentro da baía da Trafaria. Esta zona poderá albergar os ancoradouros amigos no ambiente (ver **Considerações gerais sobre o projeto de construção do porto de pesca da Trafaria: infraestruturas marítimas**). O projeto do porto de pesca também deverá contemplar uma área de lazer dedicada à pesca lúdica apeada, uma atividade bastante praticada na região. Para evitar a pesca ilegal com redes de arrasto e ganchorras dentro da baía, deverão ser instaladas barreiras físicas de cimento (e.g. como as [CANTS](#) no [Camboja](#)) entre as instalações da SILOPOR a Oeste e a Norte, e o terminal da Soflusa a Este, promovendo a fixação de organismos sésseis. A instalação destas barreiras físicas irá criar as condições necessárias para que se possa implementar um projeto de restauração de ervas-marinhas, em linha com a recente [Lei do Restauro da Natureza](#) aprovada no seio da União Europeia.

Noutras regiões geográficas, a criação de santuários, a transformação de atividades extrativas em atividades mais sustentáveis e a valorização da biodiversidade impulsionaram a economia local, promoveram a criação de negócios sustentáveis e geraram novos empregos:

- Nos Açores, após a entrada de Portugal na União Europeia, foram assinados diversos tratados que puseram fim à caça à baleia, com forte impacto na economia da região. Em vez disso, desenvolveu-se uma indústria de **ecoturismo** baseada na observação de cetáceos, uma atividade bem mais rentável que a caça à baleia, uma vez que uma baleia pode ser observada, várias vezes, por várias pessoas, ao longo de vários anos (Ressurreição et al 2022).

- No Brasil, na praia do Forte na Bahia, o projeto [Tamar](#) protege tartarugas marinhas e desenvolveu a componente de **investigação científica** ao ponto de atrair diversos investigadores e voluntários.

- Na praia de [Hanauma Bay, Oahu, Hawaii](#), foi criado um **centro de interpretação e de sensibilização da vida selvagem**, educando os visitantes e promovendo a conservação de espécies únicas.
- O [Oceanário de Lisboa](#) desenvolve diferentes **programas educativos e actividades** para crianças, adaptados a diferentes objetivos e níveis pedagógicos. Todos os programas, desde o pré-escolar ao secundário, foram validados pela Direção Geral de Educação e estão articulados com as Aprendizagens Essenciais.
- As Reservas Marinhas da Nova Zelândia promovem a pesca sustentável e protegem a biodiversidade marinha incentivam a **práticas de pesca sustentáveis e negócios ecológicos**.

Integrar os cavalos-marinhos na revitalização do porto pode transformar a Trafaria num modelo de desenvolvimento sustentável, promovendo a conservação e beneficiando a economia local. Estudos efetuados em Stratoni, Grécia, conduziram à implementação, em julho de 2023, de uma área marinha protegida, com [vista à proteção das populações de cavalos-marinhos](#).

A criação de um santuário proporcionará as condições ideais para desenvolver projetos de investigação e implementar programas de monitorização contínua de longo termo que permitam o estudo das populações de cavalos-marinhos, das suas dinâmicas populacionais, a conectividades entre diferentes núcleos populacionais e as ameaças que enfrentam. A facilidade de acesso ao local e a utilização destas espécies emblemáticas como veículos de comunicação poderão dar lugar ao estabelecimento de um centro de interpretação e à implementação de um programa educativo que sensibilize a comunidade local (desde as crianças em idade escolar aos adultos) e visitantes sobre a importância da conservação dos cavalos-marinhos e do ecossistema marinho em geral. Isso pode aumentar a consciência pública e o apoio às iniciativas de conservação. Este centro de interpretação pode ser também conjugado com um centro de resgate, recuperação, reabilitação e reprodução de cavalos-marinhos que contribuirá para o aumento do conhecimento através de estudos científicos, uma estrutura de apoio para casos de emergência, como o colapso de estruturas ou eventos de poluição, promover a cedência de espécimes para outros aquários públicos ou privados com o objetivos de educação ambiental.

Outras medidas de mitigação deverão ser consideradas como a implementação de estruturas artificiais noutros locais próximos já identificados previamente onde existem cavalos-marinhos como o Cais da Saudade, Portinho da Costa, Porto Brandão, Olho de Boi ou no Alfeite, o único local conhecido no concelho de Almada onde existem pradarias de ervas marinhas. A implementação de estruturas artificiais nestes locais irá promover a conectividade entre núcleos populacionais.

Esta abordagem que dá prioridade à preservação dos valores naturais, que favorece as atividades artesanais e tradicionais, que promove a melhoria das condições de trabalho e de segurança das comunidades locais, integrará a conservação dos cavalos-marinhos com o desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a comunidade local, através de práticas de pesca sustentável, aumento do ecoturismo e promoção da educação ambiental. Integrando estas medidas no projeto do novo porto de pesca, a Trafaria pode tornar-se um estudo de caso a nível internacional de boas práticas e um modelo de coexistência entre

desenvolvimento humano e conservação marinha, promovendo um equilíbrio saudável e sustentável entre as necessidades da comunidade local e a preservação dos cavalos-marinhos.

4. Conclusões

A construção de um porto de pesca na Trafaria é uma oportunidade para a melhoria significativa das condições de trabalho e lazer da comunidade local, do ordenamento do território, e dos esforços de conservação de uma população valiosa de cavalos-marinhos, num único projeto unificador e transformador. Sublinhamos que a base de trabalho aqui apresentada apenas será positiva se colocar no centro das suas prioridades a preservação desta comunidade de cavalos-marinhos e, simultaneamente, contribuir para uma melhoria das condições de trabalho e de vida dos utilizadores do porto de pesca da Trafaria. Deverá ser mantido um esforço de sensibilização e envolvimento das comunidades que diariamente utilizam estas áreas, de educação ambiental, mas também de fiscalização responsável e construtiva. É por isso impreterível a capacitação das entidades responsáveis pela gestão, em termos de recursos humanos, financeiros e logísticos, bem como um esforço de inclusão das partes interessadas, atendendo aos seus receios e necessidades, não apenas na fase de planeamento, mas também nas fases posteriores. Durante este processo participativo deverão ser discutidos possíveis conflitos socioambientais, factor habitual de resistência face a restrições e zonamentos. Deverá também ser acautelado o normal receio da mudança entre as comunidades de pescadores, acompanhado de forma eficaz através da participação activa das partes interessadas.

A construção de um porto de pesca na Trafaria proporciona também uma oportunidade para contribuir para as metas de conservação de 30% do espaço marítimo até 2030 acordadas internacionalmente (ODS 14 da Agenda 2030, Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal da CDB), através da criação de um santuário dedicado aos cavalos-marinhos, e de contribuir para as metas da Lei do Restauro da Natureza, recentemente aprovada no Parlamento Europeu e vinculativa para os estados-membros.

Resumindo:

1. A população local de cavalos-marinhos é de elevado interesse para a conservação dado que i) apresenta uma densidade das mais elevadas da sua área de distribuição; ii) o comprimento médio dos indivíduos é o maior da sua área de distribuição; iii) o estuário do Tejo é um *hotspot* para cavalos-marinhos em Portugal; iv) estas espécies são protegidas por leis nacionais e internacionais; v) é considerada uma espécie-bandeira para a conservação; vi) esta população está numa zona de transição biogeográfica e assumirá um papel importante num contexto de alterações climáticas; vii) a nível nacional, a proteção conferida aos cavalos-marinhos é baixa (inferior a 20% da sua área de distribuição, sendo <0,5% de proteção total);
2. A construção do porto de pesca da Trafaria é uma estrutura que irá beneficiar o melhoramento das condições de trabalho e de segurança das comunidades locais, e deverá resolver os problemas de recolha e gestão de resíduos;

3. A construção do porto de pesca acarreta um risco grande para a sobrevivência dos cavalos-marinhos, mas deverá ser possível conjugar os valores naturais com os valores socioeconómicos;
4. A construção do porto de pesca é uma oportunidade para criar uma área de santuário de proteção aos cavalos-marinhos;
5. As necessidades das comunidades locais deverão ser tidas em conta no desenho e construção do porto de pesca;
6. Deverão ser realizadas sessões participativas com as partes interessadas para a resolução de conflitos;
7. Os singnatídeos que se encontram naquela área deverão ser retirados antes da obra, e em diversos momentos durante esta para precaver mortalidade de indivíduos que recolonizem a área. Devem ser adequadamente translocados para um ambiente controlado até estarem garantidas as condições para o repovoamento eficaz;
8. Após repovoamento, deverá ser garantida a monitorização da população de singnatídeos pelo menos uma vez por ano, durante 5 anos, de forma a prever tendências populacionais e permitir atuar atempadamente;
9. Sugerimos a criação de um centro de interpretação e recuperação do cavalo-marinho;
10. O projeto do novo porto deverá contemplar um programa de comunicação e educação que vise a conservação dos valores naturais da frente ribeirinha de Almada, em especial da comunidade de cavalos-marinhos da Trafaria;

A equipa

A equipa que redigiu este parecer é composta por um grupo de investigadores do MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET), laboratório associado, da MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha e Project Seahorse/ University of British Columbia. Esta equipa tem desenvolvido diversos trabalhos no estuário do Tejo ao longo das últimas duas décadas e conta com uma vasta experiência no estudo da ecologia e conservação de ambientes costeiros e estuarinos. Em particular, alguns elementos desta equipa lideraram e desenvolveram o projeto CavALMar “Avaliação populacional das espécies de cavalos-marinhos na frente ribeirinha do concelho de Almada” (Silva et al 2023), em parceria com a Câmara Municipal de Almada, que decorreu entre Julho de 2022 e Novembro de 2023. Neste projeto, reportou-se pela primeira vez uma comunidade de cavalos-marinhos na baía da Trafaria com interesse para a conservação. A população de cavalos-marinhos foi caracterizada do ponto de vista biológico e ecológico e foram identificadas as ameaças à sua conservação. No relatório final do projeto foi ainda desenvolvido um plano de mitigação de ameaças, onde se propôs a implementação de medidas de conservação e gestão eficazes e algumas ações-chave como meio de conservar o ambiente estuarino do Tejo e sua comunidade de cavalos-marinhos. Para além disso, devido ao acidente que ocorreu em Março de 2022 com o colapso do pontão, sob a coordenação do Instituto para a Conservação da Natureza (ICNF), e em colaboração com o Oceanário de Lisboa e da Câmara Municipal de Almada, elementos desta equipa e do projeto CavALMar, realizaram o resgate dos cavalos-marinhos e marinhas. Os animais foram cuidadosamente transportados para o Oceanário de Lisboa, onde foram mantidos e posteriormente libertados. Esta operação permitiu testar a translocação dos animais com sucesso. A equipa de relatores deste parecer é constituída pelos seguintes membros:

- **Gonçalo Silva (coordenador)** - investigador doutorado no MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET), laboratório associado, MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha, com experiência de cerca de 20 anos no estudo de ecologia, conservação e evolução de peixes marinhos. Nos últimos 5 anos tem focado parte da sua atividade no estudo e conservação dos cavalos-marinhos da Trafaria, tendo sido coordenador do [Projeto CavALMar](#) (em colaboração com a Câmara Municipal de Almada, é coordenador do projeto [Tagus Seahorses](#) e esteve envolvido nos EIA do Sado no âmbito das dragagens para a avaliação das componentes dos habitats sensíveis, da caracterização da biodiversidade ictiológica e macrofauna bentónica.
- **Mariana Coxey** - Investigadora com grau de Mestre no MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET), laboratório associado, MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha. Tem experiência de cerca de 20 anos em ecologia e conservação de ecossistemas costeiros, fez parte da equipa do Projeto CavALMar, e integra a equipa do [Tagus Seahorses](#).

- **Miguel Pais** - investigador doutorado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL-ULisboa), MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET), laboratório associado, MARDIVE – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha, com experiência de cerca de 20 anos no estudo de ecologia e conservação de peixes marinhos. Atualmente integra a equipa do [Tagus Seahorses](#).
- **José Lino Costa** - Professor Auxiliar e investigador na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL-ULisboa), MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET). Participou em mais de 50 projetos científicos e cerca de 40 estudos aplicados. Autoria de 5 livros, 5 capítulos de livro e mais de 130 artigos em revistas internacionais. Participou na elaboração de vários planos estratégicos como: Plano Nacional da Água; Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade; Plano de Gestão da Enguia em Portugal; e na implementação da Directiva Quadro da Água em Portugal. É Conselheiro Estratégico da Reserva Natural do Estuário do Tejo.
- **Miguel Correia** - Investigador Associado, Project Seahorse, Instituto para os Oceanos e Pescas, Universidade da Colúmbia Britânica; MARE-Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, membro do Aquatic Research Network (ARNET - laboratório associado). Doutorado na Universidade do Algarve, tem experiência de cerca de 20 anos no estudo da biologia, ecologia e conservação dos cavalos-marinhos europeus, desenvolveu um programa bem-sucedido de reprodução em cativeiro, trabalhou com stakeholders para implementar ferramentas de mitigação para a conservação de cavalos-marinhos e esteve envolvido na criação de duas áreas marinhas protegidas para proteção de cavalos-marinhos na Ria Formosa. Fez parte da equipa do Projeto CavALMar, e integra a equipa do [Tagus Seahorses](#). Atualmente, é o Ponto Focal para Conservação de Campo no Grupo de Especialistas em Cavalos-marinhos, Marinhas e Dragões-marinhos da IUCN SSC.

Referências

- Cabral, H. N., Costa, M. J. & Salgado, J. P. (2001). Does the Tagus estuary fish community reflect environmental changes? *Climate Research* 18, 119-126. <http://dx.doi.org/10.3354/cr018119>
- Correia, M. (2022). Monitoring of Seahorse Populations, in the Ria Formosa Lagoon (Portugal), Reveals Steep Fluctuations: Potential Causes and Future Mitigations. *Proceedings of the Zoological Society* 75, 190-199. <https://doi.org/10.1007/s12595-021-00394-2>
- Costa A. B., Correia M., Silva G., Lopes A. F., Faria A. M. (2023). Performance of the long-snouted seahorse, *Hippocampus guttulatus*, under warming conditions. *Front. Mar. Science*. 10. <https://doi.org/10.3389/fmars.2023.1136748>
- Curtis, J.M.R. & A.C.J. Vincent (2006). Life history of an unusual marine fish: survival, growth and movement patterns of *Hippocampus guttulatus* Cuvier 1829. *Journal of Fish Biology* 68(3), 707-733. <http://dx.doi.org/10.1111/j.0022-1112.2006.00952.x>
- Martini A, Langley M, Wong L and Lynch T (2023) Literature Review of Environmentally Friendly Moorings – Environmental and Engineering Performance. CSIRO, Australia.
- Oliveira, J. (2023). Investigating stakeholder perceptions and the potential of seahorses as a flagship group in Almada (Portugal): Insights for the conservation of the Tagus estuary. MSc thesis. Ghent University, 24 pp.
- Palma, J., Magalhães, M., Correia, M. & Andrade, J. P. (2019). Effects of anthropogenic noise as a source of acoustic stress in wild populations of *Hippocampus guttulatus* in the Ria Formosa, south Portugal. *Aquatic Conservation-Marine and Freshwater Ecosystems* 29, 751-759. <http://dx.doi.org/10.1002/aqc.3056>
- Peiffer, F., Lima, A. R. A., Henriques, S., Pardal, M. A., Martinho, F., Gonçalves, J. M., ... & Silva, G. J. F. (2024). Habitat suitability of two flagship species, *Hippocampus hippocampus* and *Hippocampus guttulatus*, in the Atlantic coast of the Iberian Peninsula-implications for conservation. *Global Ecology and Conservation*, 53, e02993. <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2024.e02993>
- Pollom, R. (2017). *Hippocampus guttulatus*. In *The IUCN Red List of Threatened Species 2017*: e.T41006A67617766. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T41006A67617766.en>
- Ressurreição, A., Cardigos, F., Giacomello, E., Leite, N., Oliveira, F., Kaiser, M., Gonçalves, J. & Santos, R. (2022). The value of marine ecotourism for an European outermost region. *Ocean & Coastal Management*. 222. 106129. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2022.106129>
- Silva, G., Coxey, M., & Correia, M., 2023, “CavALMar - Avaliação populacional das espécies de cavalos-marinhos na frente ribeirinha do concelho de Almada”, Relatório técnico final, 63 pp., Almada, Portugal.
- Woodall, L. (2017). *Hippocampus hippocampus*. *The IUCN Red List of Threatened Species 2017*: e.T10069A67618259. <https://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2017-3.RLTS.T10069A67618259.en>
- Woodall, L. C., Otero-Ferrer, F., Correia, M., Curtis, J. M. R., Garrick-Maidment, N., Shaw, P. W. & Koldewey, H. J. (2018). A synthesis of European seahorse taxonomy, population structure, and habitat use as a basis for assessment, monitoring and conservation. *Marine Biology* 165, 1-19. <http://dx.doi.org/10.1007/s00227-017-3274-y>



Parecer do Grupo de Especialistas de Cavalos-Marinhos, Marinhas e Dragões-Marinhos da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) sobre a Construção do Porto de Pesca da Trafaria

Data: 27 de Junho de 2024

Para: Entidade Promotora da C.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

De: IUCN SSC Seahorse, Pipefish & Seadragon Specialist Group

Introdução:

Este parecer é emitido pelo Grupo de Especialistas de Cavalos-Marinhos, Marinhas e Dragões-Marinhos da Comissão para a Sobrevivência das Espécies da União Internacional para a Conservação da Natureza ([IUCN SSC SPS SG](#)). Como autoridade globalmente reconhecida em cavalos-marinhos, marinhas e dragões-marinhos, fornecemos orientação técnica e científica independente a governos e outros grupos com vista ao melhoramento do estatuto de conservação destas espécies.

A construção do Porto de Pesca da Trafaria, em Almada, Portugal, é reconhecida como uma infraestrutura necessária para a melhoria das condições de trabalho e segurança das comunidades locais. No entanto, o processo de construção e subsequente funcionamento do referido porto de pesca desencadeiam uma série de preocupações, mas também de oportunidades, relacionadas com a conservação das populações de singnatídeos (cavalos-marinhos e marinhas) na área de intervenção. O projeto deve, assim, considerar os prováveis impactos ambientais, enquanto implementa medidas de mitigação para proteção das populações de singnatídeos na área de intervenção.

Enquadramento sobre Cavalos-Marinhos e Marinhas:

Os singnatídeos (cavalos-marinhos, marinhas e dragões-marinhos) são espécies marinhas protegidas que vivem em habitats costeiros, sendo altamente vulneráveis a atividades humanas. Os cavalos-marinhos, como exemplo, para além de classificados na Lista Vermelha da IUCN são ainda especialmente considerados em vários acordos internacionais, como a CITES e a Convenção de Berna. Recentemente, a resolução WCC-2020-Res-095, que visa a conservação de singnatídeos e estabelece recomendações e medidas de proteção para estas espécies, foi globalmente aprovada no Congresso Mundial da IUCN e ratificada por Portugal, onde os singnatídeos se encontram legalmente protegidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 38/2021.

Pontos chave:

- A construção de um porto de pesca pode alterar significativamente os habitats costeiros. Estes habitats são críticos para singnatídeos e outras espécies marinhas.
- Os singnatídeos são particularmente vulneráveis à perturbação do habitat. A sua dependência de habitats específicos para reprodução, alimentação e abrigo tornam-nos sensíveis às mudanças que advirão da construção portuária.
- Algumas espécies de singnatídeos são sedentárias e apresentam fraca mobilidade. Assim, perturbações, mesmo que diminutas, podem levar à disrupção da atividade reprodutiva, incapacidade de colonização de áreas próximas e, em última instância, podem causar mortalidade.

Recomendações:

1. **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA):** Recomendamos a realização de uma AIA exaustiva e tecnicamente sólida, que preceda o início da construção do porto de pesca, acompanhada pela avaliação dos potenciais impactos sobre os singnatídeos, incluindo a utilização de modelação para predição dos prováveis impactos.
2. **Monitorização e Gestão Adaptativa:** Recomendamos o estabelecimento de programas de monitorização, a longo prazo, para avaliação do impacto ecológico da construção do porto de pesca, permitindo o ajustamento das estratégias de gestão com base na informação científica que for sendo obtida.
3. **Medidas de mitigação:** Recomendamos a implementação das melhores práticas para minimizar os potenciais danos. Estas podem incluir a restauração de habitats, a introdução de recifes artificiais, e a implementação de estratégias para a redução de poluição (incluindo a sonora). Como parte das medidas de mitigação, recomendamos que os singnatídeos presentes na área de intervenção sejam translocados de acordo com as recomendações existentes nos guias de translocação da IUCN.
4. **Consciencialização Pública:** Recomendamos o envolvimento das comunidades locais e principais partes interessadas na compreensão da importância da conservação marinha e preservação dos singnatídeos.
5. **Acompanhamento técnico e científico:** Recomendamos a importância de assessoria especializada de autoridades científicas/grupos de pesquisa em singnatídeos e conservação marinha para a realização das recomendações 1, 2 e 3. O grupo de especialistas do IUCN SPS SG encontra-se ao dispor para dar apoio nas várias fases do processo.

Conclusão:

O Grupo de Especialistas de Cavalos-Marinhos, Marinhas e Dragões-Marinhos da IUCN SSC reconhece a importância do porto de pesca para a comunidade local, mas enfatiza a necessidade de medidas rigorosas para a proteção das populações de singnatídeos na área que virá a ser intervencionada. A implementação destas recomendações é crucial para garantir a coexistência sustentável das atividades humanas e a conservação da biodiversidade marinha.

Com os melhores cumprimentos,

A handwritten signature in black ink that reads "Amanda Vincent". The signature is written in a cursive style with a large, stylized initial 'A'.

Amanda Vincent, PhD

Chair, IUCN SSC Seahorse, Pipefish and Seadragon Specialist Group

Assunto: Parecer da Câmara Municipal de Almada ao Portinho de Pesca da Trafaria – Avaliação do Impacte Ambiental – Definição de Âmbito

Exmos Senhores,

Estando em consulta pública, aberta entre 2024-06-07 e 2024-06-28 no Portal Participa em <https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria> e na lista de âmbito de AIA em https://siaia.apambiente.pt/PDA.aspx?DAM_ID=236, o projeto do Portinho de Pesca da Trafaria – Avaliação de Impacte Ambiental – Definição de Âmbito, submetido pelo requerente DOCAPEÇA, Portos e Lotas, S.A., vem a Câmara Municipal de Almada, ao abrigo das suas competências submeter o seu parecer conforme documento anexo.

A Presidente da Câmara Municipal



Inês de Medeiros

Assunto: Parecer da Câmara Municipal de Almada ao Portinho de Pesca da Trafaria – Avaliação de Impacte Ambiental – Definição de Âmbito

Enquadramento:

Estando em consulta pública aberta entre 2024-06-07 e 2024-06-28 no Portal Participa em <https://participa.pt/pt/consulta/portinho-de-pesca-da-trafaria> e na lista de âmbito de AIA em https://siaia.apambiente.pt/PDA.aspx?DAM_ID=236, o projeto do Portinho de Pesca da Trafaria – Avaliação de Impacte Ambiental – Definição de Âmbito, submetido pelo requerente DOCAPESCA, Portos e Lotas, S.A., vem a CMA ao abrigo das suas competências, analisar o processo nas suas áreas de competência e sugerir submeter os comentários abaixo definidos.

Não foi encontrado um Aviso em DR para esta participação, indicando a APA que a Plataforma em questão é o meio de participação.

Em articulação com a DOCAPESCA, a CMA (através da Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano / Departamento de Planeamento Urbanístico / Divisão de Projetos Municipais Estratégicos e Regeneração Urbana) encontra-se a desenvolver uma solução alternativa para o espaço público da frente ribeirinha da Trafaria, complementar ao projeto desta entidade para o novo Portinho de Pesca da Trafaria. Da mesma forma, a CMA através do Departamento de Intervenção Ambiental, Clima e Sustentabilidade, integrado na mesma Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano, está a estudar com as Academia os habitats de espécies ameaçadas de singnatídeos, tendo concluído a fase de diagnóstico para toda a área ribeirinha norte, com especial destaque para a área abrangida pelo atual projeto, tendo feito chegar o respetivo relatório ao promotor DOCAPESCA.

Na atual fase de consulta pública analisa-se a definição do âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental, com responsabilidade pela APA – Agência Portuguesa de Ambiente.

Do ponto de vista do município, é conhecida a vontade que aconteçam trabalhos de melhoria desta infraestrutura, tendo sido realizadas reuniões com os promotores e projetistas, bem como auscultada a comunidade local.

Efetivamente, a atual situação do “portinho de pesca” fica aquém das necessidades, consistindo em áreas desqualificadas, com falhas funcionais de vários níveis e com impactos na paisagem e no ambiente, designadamente lixo a céu aberto que sofre, por ação do vento, deslocação para o fundo do mar, onde se acumula e cujos mergulhos o atestam.

Análise:

O presente parecer foi elaborado com base na compilação dos pareceres elaborados pelas duas unidades orgânicas acima referidas, com intervenção direta neste território.

O projeto de melhoramento do Portinho de Pesca da Trafaria, conforme apresentado pelo promotor na documentação disponível para análise, consiste nas seguintes infraestruturas marítimas:

- >> Quebra-mar (obra de abrigo à agitação marítima);
- >> Cais flutuante (área de amarração mínima para 34 embarcações de pesca artesanal).
- >> Infraestruturas terrestres dentro dos limites da futura concessão da Docapesca:
- >> Lota com instalações sanitárias públicas;
 - Zona de carga para os comerciantes;
 - Portaria e central de segurança;
 - 32 armazéns de aprestos;

- Área para estendal de redes de pesca artesanal;
- Parque de estacionamento para os comerciantes;
- Parque de estacionamento para os funcionários da Lota.

>> Infraestruturas terrestres fora dos limites da futura concessão da Docapesca e dentro da futura administração do município de Almada:

- Espaço verde;
- Zona de estacionamento urbano.

A construção das estruturas será faseada em duas fases, distinguindo-se as infraestruturas marítimas e as terrestres. A implantação das infraestruturas marítimas ocorre numa primeira fase.

Assim, um dos temas que urge analisar na presente fase de definição do âmbito é a inclusão de descritores relativos à proteção de habitats com interesse de conservação. O município tem trabalhado em parcerias com a academia no conhecimento da situação dos habitats de marinhas e cavalos-marinhos identificados há algum tempo pelas comunidades piscatórias e por mergulhadores. Em finais de 2023, o protocolo celebrado entre o Município de Almada e o ISPA/MARE conduziu ao mapeamento dos habitats ao longo de toda a costa ribeirinha norte, trabalho que foi apresentado na forma de um seminário em maio de 2024 e de uma exposição temática iniciada igualmente em maio, ambas na Trafaria.

Dos resultados, verificou-se que existem comunidades de Signatideos representativas pelo que, verificando-se a previsão de obras em meio marinho, haveria de acautelar a intervenção. As referidas intervenções, respeitantes a uma primeira fase, referem-se a:

- Um quebra-mar para albergar apenas 34 embarcações;

- Um cais estacionamento flutuantes, com amarração ao quebra-mar, uma face acostável, composto por 3 passadiços flutuantes com 39 m de comprimento e 2,5 m de largura, para nove embarcações menores que 6 m e para quatro embarcações entre 6 a 9 m;
- Um pontão flutuante (reaproveitado) para funcionar como pontão de descarga do pescado;
- Um cais de estacionamento flutuante, duas faces acostáveis, com amarração por estacas, constituídos por 3 passadiços flutuantes com o total de 36 m de comprimento e 2,5 m de largura, para nove embarcações menores e 6 m e duas de 6 a 9 m, numa face e para dez embarcações menores de 6 m noutra face.

O Quebra-mar resulta do facto do atual portinho de pesca, apesar de se encontrar na entrada do estuário, zona onde a agitação do Atlântico já chega bastante atenuada, ainda é atingido por agitação incidente dos rumos compreendidos entre NW e SW com alturas significativas da onda, incompatíveis com o grau de abrigo necessário.

Desta forma, o promotor apresenta os seguintes fatores ambientais e uma definição da área de estudo:

Fatores	Áreas de estudo
Clima e Alterações Climáticas	Área do porto de pesca e envolvente 1 km
Geologia	Área do porto de pesca Locais de imersão dos dragados
Solo	Área terrestre do porto de pesca
Água	Área do porto de pesca Estuário do Tejo Bacia da linha de água que desagua na zona poente da praia Locais de imersão dos dragados Sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais com interesse para as infraestruturas do porto de pesca
Ar	Área do porto de pesca, rede viária envolvente e área estuarina num raio de 1 km
Ambiente sonoro	Área do porto e envolvente terrestre e estuarina num raio de 0,5 km
Resíduos	Área do porto de pesca Sistemas de recolha de resíduos abrangendo
Biodiversidade	Área do Porto e envolvente estuarina num raio de 200 m para cobrir habitats das espécies de cavalos marinhos e marinhas Locais de imersão dos dragados
Território	Área do Porto de Pesca Concelho de Almada
Componente social	Área do porto de pesca União das Freguesias da Caparica e Trafaria Concelho de Almada
Saúde humana	Área do porto de pesca e envolvente terrestre cobrindo as fontes de risco tecnológico suscetíveis de afetar a área do porto de pesca
Património cultural	Área do porto de pesca e envolvente terrestre e estuarina com elementos patrimoniais suscetíveis de ser direta ou indiretamente afetados
Paisagem	Área do porto de pesca e envolvente num raio de 3 km

O promotor trabalhou 3 alternativas com diferentes funcionalidades e, mais tarde, estabilizou uma quarta solução, que será a solução final e que é descrita tecnicamente em detalhe no anexo 3 dos documentos disponibilizados.

No que respeita aos fatores ambientais em que a CMA deverá pronunciar-se nas fases seguintes, descrevem-se as mesmas a partir da “PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL” do promotor. Um dos potenciais impactes significativos a analisar vem referido

como sendo aplicável à “10. Perda de habitats das espécies marinhas protegidas (cavalos-marinhos e marinhas)”.

Concorda-se com os critérios de classificação e avaliação de impactes, à exceção deste tópico 10:

10. Perda de habitat das espécies marinhas protegidas (cavalos-marinhos e marinhas)		
Sentido	Escala	Critérios
Negativo	Muito significativo	Perda parcial do habitat atual das espécies marinhas protegidas
	Significativo	Perda pontual do habitat atual das espécies marinhas protegidas
	Pouco significativo	Manutenção do habitat atual das espécies marinhas protegidas
	Muito pouco significativo	NA
Positivo	Muito pouco significativo	NA
	Pouco significativo	NA
	Significativo	Reabilitação do habitat atualmente ocupados pelas espécies marinhas protegidas
	Muito significativo	Criação/reabilitação de nova área de habitat para as espécies marinhas protegidas

A sugestão que se coloca é a seguinte: No “Sentido” positivo, propõe-se que a escala “Muito Significativo” tenha o seguinte critério: Reabilitação do habitat atualmente existente ocupado pelas espécies marinhas protegidas e Criação/Reabilitação de nova área de habitat para as espécies marinhas protegidas.

Sobre a identificação das Partes Interessadas, consideram-se acertadas e em linha com a intenção de estreitar o conhecimento mais amplo quanto possível do que está a ser executado no terreno:

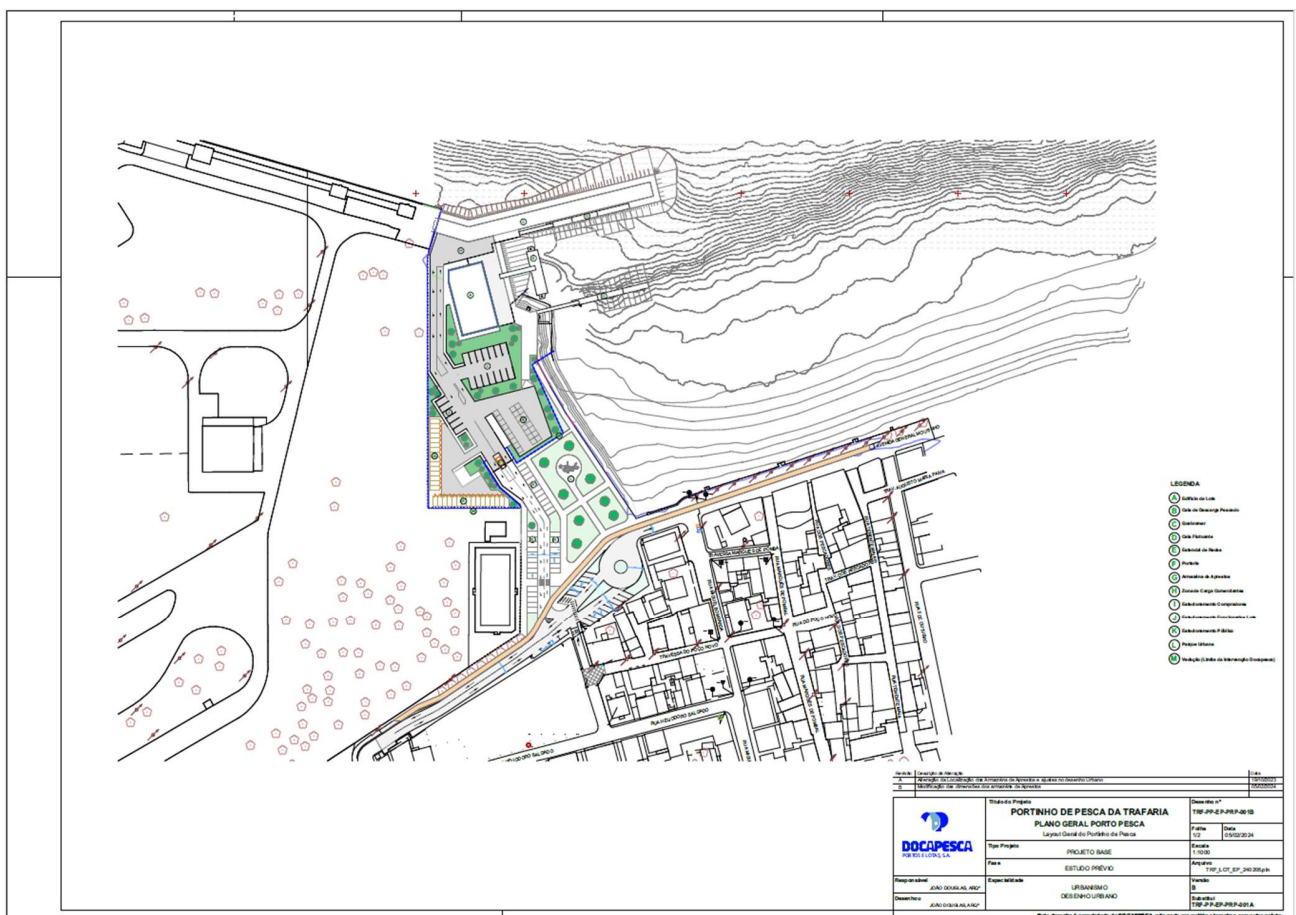
Quadro 4.6.1 - Identificação de partes interessadas.

Tipo	Partes interessadas
Entidades da Administração Central	ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil APA - Agência Portuguesa do Ambiente, IP Capitania do Porto de Lisboa CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP Património Cultural, IP
Entidades da Administração Local	Câmara Municipal de Almada Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria

Tipo	Partes interessadas
Concessionários de serviço público, entidades gestoras, autoridades portuárias	SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, SA SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos SA APL – Administração do Porto de Lisboa, SA SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, SA (Terminal de Granéis Sólidos da Trafaria)
Organizações não governamentais	A Tarrafa - Associação Cultural e Recreativa da Trafaria AABT – Associação de armadores de Bivalves da Trafaria ALA - Associação de Pesca Artesanal, Local e Costeira e de Apoio Social aos Pescadores Associação de Moradores do Bairro do 2º Torrão – Trafaria Associação Pesquisucesso LPN – Liga para a Proteção da Natureza Mardive – Associação Ciência e Educação para a Conservação da Biodiversidade Marinha Plataforma Trafaria Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável
Outras entidades	MARE ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada Oceanário de Lisboa
Comunicação Social	Almada Online Jornal Almadense Notícias da Gandaia – Concelho de Almada

É relevante assinalar que o Anexo 3 dos elementos da Consulta Pública, (“Estudo Conceptual e de Viabilidade Técnica para a Implantação do Portinho de Pesca da Trafaria – Fase 1C - Desenvolvimento da solução selecionada ao nível de estudo prévio preliminar para as infraestruturas propostas”, da Consulmar, datado de julho 2022), **apresenta como solução final** (ver adiante *na fig. 13 – Solução Final – Alternativa 4 revista (fase 2) – Implantação Geral*) **uma alternativa diferente da atual**.

Essa descrição inclui uma planta de implantação (fig. seguinte), igualmente representada nos Anexos 1 e 2, em tudo semelhante à planta partilhada pela DOCAPESCA com a CMA (apenas com uma alteração nos armazéns de aprestos):



Planta do atual projeto do Portinho de Pesca da Trafaria, apresentada na Consulta Pública

Os projetos apresentam diferenças muito significativas nas infraestruturas terrestres.

Quanto às infraestruturas marítimas, os projetos assemelham-se, detetando-se pelo menos uma diferença relevante, uma vez que relativamente aos dois pontões flutuantes existentes, a solução de 2024 apenas considera a realocação de um deles, prevendo retirar o outro, enquanto a solução de 2022, descrita no Anexo 3, propunha a realocação de ambos.

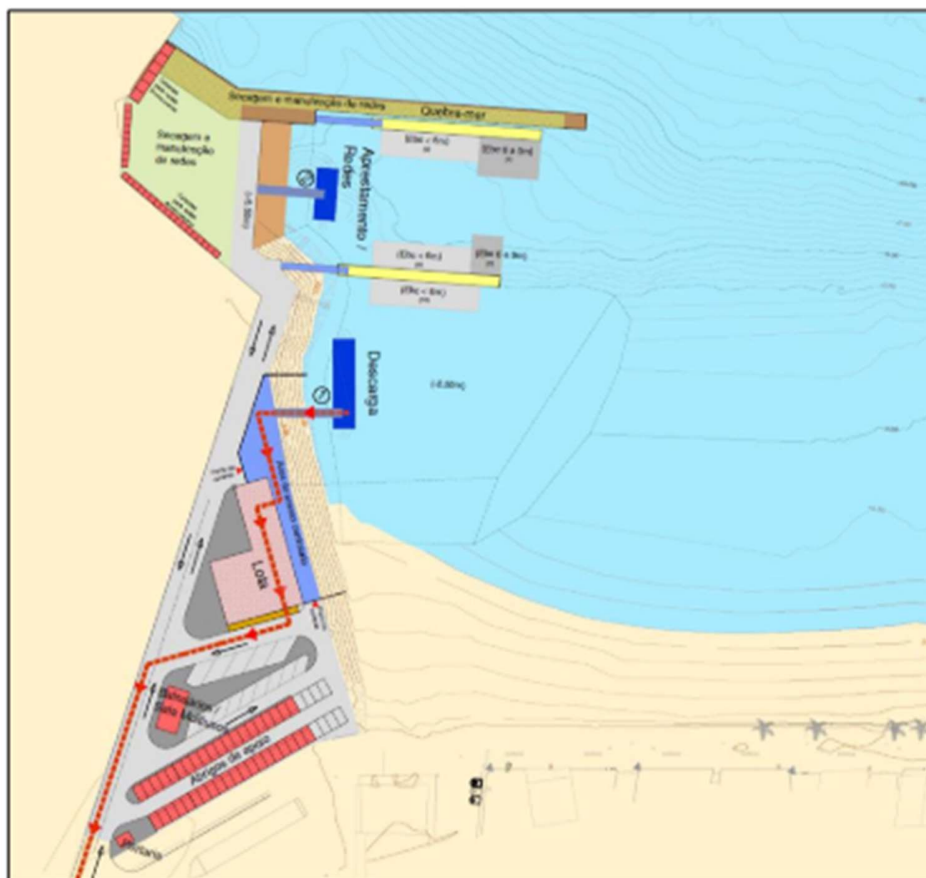


Fig. 13 – Solução Final - Alternativa 4 revista (Fase 2) – Implantação Geral

Acresce que no documento “Portinho de Pesca da Trafaria - Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental”, embora o texto que descreve o projeto se baseie maioritariamente na solução atual, em determinados excertos cita o Anexo 3, referindo, por exemplo: “Os dois pontões existentes serão realocados, sendo o pontão de maior dimensão, especialmente vocacionado para a descarga do pescado, deslocado para uma posição central na retenção marginal existente, com vista a aproximá-lo o mais possível da localização proposta para o edifício da Lota. Enquanto o restante pontão, destinado ao aprestamento e manutenção de redes fica localizado junto da zona de secagem e manutenção de redes.” (ponto 2.2.1.1 Infraestruturas marítimas, Cais flutuante, pp. 13 do Anexo 3).

Esta situação poderá gerar equívocos, razão pela qual se julga merecer uma clarificação por parte da DOCAPESCA, entidade promotora do projeto.

Conclusão:

Embora a CMA, através da sua Divisão de Projetos Municipais Estratégicos e Regeneração Urbana, e como se referiu anteriormente, se encontre a desenvolver uma solução alternativa para o espaço público da frente ribeirinha da Trafaria, a mesma incide apenas sobre a área que passará para gestão da CMA e está compatibilizado com este projeto da DOCAPESCA, nomeadamente quanto ao acesso de veículos e peões ao recinto do Portinho.

Por esta razão, julgamos que a CMA poderá afirmar:

- A sua concordância com a solução proposta, não obstante a necessidade da clarificação acima referida;
- Concordância com a enumeração das partes interessadas;
- Concordância com os fatores ambientais identificados, bem como dos critérios de classificação de impactes, à exceção do ponto 10 em que se sugere a seguinte solução: **Reabilitação do habitat atualmente existente ocupado pelas espécies marinhas protegidas e Criação/Reabilitação de nova área de habitat para as espécies marinhas protegidas.**



Direção Municipal de Desenvolvimento Urbano

Almada, 27 de junho de 2024

Paulo Pais, Arq.
Diretor Municipal de Desenvolvimento Urbano